

# A DEMOCRACIA SUFOCADA NA PAULICEIA: O IMPACTO ELEITORAL DA DITADURA MILITAR NO PARLAMENTO PAULISTANO

PAULISTA DEMOCRACY UNDER FIRE: THE ELECTORAL EFFECTS OF THE  
MILITARY DICTATORSHIP ON THE SÃO PAULO MUNICIPAL COUNCIL

José D'Amico Bauab<sup>1</sup>

*Artigo recebido em 2/5/2024 e aprovado em 17/5/2024.*

Mas, no horizonte  
do que é memória  
da eternidade,  
referve o embate  
de antigas horas,  
de antigos fatos,  
de homens antigos.

E aqui ficamos  
todos contritos,  
a ouvir na névoa  
o desconforme,  
submerso curso  
dessa torrente  
do purgatório...  
Quais os que tombam,  
em crimes exaustos,  
Quais os que sobem,  
purificados?

Cecília Meireles, "Fala aos inconfidentes mortos",  
Romanceiro da Inconfidência

<sup>1</sup> Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), mestre em Direito Civil pela USP, membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, membro do Conselho de Orientação Artística da Rede de Casas-Museus Literários de São Paulo da Secretaria de Estado da Cultura, gestor responsável pelo Centro de Memória Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (CEMEL-TRE/SP), com certificação nos 1º e 2º Núcleos de Estudo em História e Memória da Escola Paulista da Magistratura. Vencedor do I Concurso Nacional de Monografias do Supremo Tribunal Federal com o trabalho "A toga no Catete" (2008).

## RESUMO

O presente artigo procura narrar o impacto da instabilidade política brasileira dos anos 1960 em São Paulo, a cidade mais populosa do país, e os efeitos do regime ditatorial de 1964 sobre a Câmara Municipal de São Paulo, atingida pelo Ato Institucional n. 5, de 1968.

Palavras-chave: democracia, ditadura, eleições municipais de São Paulo, Câmara Municipal de São Paulo, Ato Institucional n.5.

## ABSTRACT

This article investigates the effects of the Brazilian political instability of the 1960s on São Paulo, the country's most populous city, particularly the effects of the dictatorial regime established in 1964 on the Municipal Council of São Paulo, which was affected by Institutional Act n. 5 in 1968.

Keywords: democracy, dictatorship, municipal elections in São Paulo, Municipal Council of São Paulo, Institutional Act n. 5.

### Sumário

1. O desmonte partidário entre duas eleições; 2. O clima de estado de sítio precedente às eleições municipais de 1963; 3. O pluripartidarismo em votos para a Câmara paulistana; 4. O golpe de 1964 e a classe média paulistana, uma reflexão; 5. A derradeira eleição para a Prefeitura de São Paulo; 6. A imposição do bipartidarismo e a participação dos vereadores paulistanos nos pleitos estadual e federal de 1966; 7. A eleição municipal no olho do furacão de 1968; 8. Arena e MDB, disputa cadeira a cadeira, e Faria Lima, o elemento desempatador; 9. A noite que pareceu eterna; 10. Conclusão; Referências.

## 1 O DESMONTE PARTIDÁRIO ENTRE DUAS ELEIÇÕES

A cidade de São Paulo era, em 1963, o retrato fidedigno da pluralidade partidária que o Brasil vivia desde a redemocratização iniciada em 1945.

Na eleição para a Câmara paulistana, em 20 de outubro daquele ano, marcaram presença todos os partidos então constituídos no país: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e a União Democrática Nacional (UDN), as três maiores forças políticas da época; o Partido Democrata Cristão (PDC), o Partido Libertador (PL), o Partido de Representação Popular (PRP) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), entidades afinadas em suas particulares posições ideológicas; o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Trabalhista Nacional (PTN) e o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), oriundos

de dissidências do PTB; o Partido Republicano (PR), criado em 1945 por velhos dirigentes das agremiações republicanas regionais pré-Estado Novo; o Partido Social Progressista (PSP), que, embora de âmbito nacional, servia essencialmente de instrumento de proselitismo para seu principal criador, o paulista Ademar de Barros; e o Partido Rural Trabalhista (PRT), continuação do Partido Republicano Trabalhista extinto em 1958, e também veículo de promoção de outro político paulista, Hugo Borghi. Fora do jogo eleitoral estava apenas o Partido Comunista Brasileiro (PCB), na ilegalidade a partir de maio de 1947.

Entretanto, esse quadro de quase plenitude democrática viria a ser drasticamente alterado pela ditadura militar (ou, para alguns estudiosos, civil-militar) instaurada com o golpe que derrubou o presidente João Goulart, em 1º de abril de 1964.

Os militares assumiram o poder com a promessa de manutenção do sistema democrático, que não demorou a se tornar um simulacro, mercê da edição dos denominados Atos Institucionais, “decretos jurídicos de caráter centralizador e autoritário, que se sobrepunham à Constituição Federal” (Napolitano, 1998, p. 15), e dos atos complementares deles decorrentes.

Essas normas deram aparência formal às inúmeras práticas despóticas que foram cometidas, entre as quais a cassação de mandatos eletivos e a suspensão dos direitos políticos daqueles considerados inimigos do regime, o fim das eleições diretas para presidente da República, governadores dos estados e prefeitos das capitais, e a decretação de recessos legislativos nas esferas federal, estadual e municipal ao talante da ditadura.

Os partidos políticos não foram poupados da fúria legiferante dos dirigentes fardados: extintos no final de outubro de 1965, foram sucedidos por duas agremiações artificialmente engendradas para o novo modelo “democrático” que se desenhava: a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Outrossim, o desprezo da ditadura pelo Poder Legislativo traduziu-se em diferentes maneiras e uma delas foi a imposição de regras que geravam a diminuição dos quantitativos de seus membros: aos parlamentares cassados e àqueles que renunciassem aos respectivos mandatos não eram dados substitutos<sup>2</sup>.

E, se não bastasse tudo isso, a Câmara Municipal de São Paulo foi, de longe, o parlamento que mais sofreu: de uma legislatura para outra, perdeu simplesmente

<sup>2</sup> Ato Institucional n.2, de 27/10/1965, art.15, parágrafo único, e Ato Complementar n.4, de 30/6/1966, art. 1º.

te 60% de suas cadeiras. A norma da Constituição Federal de 1967 que fixou o número máximo de vereadores não escamoteou o desejo autoritário de mutilar o maior Legislativo municipal do país. Se, em 1963, treze partidos disputaram 45 assentos, em 1968, coube a somente dois concorrerem aos 21 lugares permitidos.

A tentativa de compreender-se o grave declínio institucional havido no país e refletido em São Paulo, no período balizado entre os pleitos de 1963 e 1968, lança luzes para o esforço de entender-se a crise da democracia representativa brasileira que chega aos dias de hoje.

## **2 O CLIMA DE ESTADO DE SÍTIO PRECEDENTE ÀS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 1963**

O pleito para a renovação da Câmara paulistana visando à sua quinta legislatura, contada a partir da redemocratização pós-Estado Novo, inseriu-se na agiadíssima cronologia nacional de 1963 que claramente sinalizava para a tragédia institucional que tomaria corpo no ano seguinte.

A denominada “solução de compromisso”, a instituição do regime parlamentarista, em 2 de setembro de 1961, após a renúncia de Jânio Quadros à Presidência da República, como forma de viabilizar a posse do vice-presidente João Goulart (figura fortemente criticada pela classe conservadora e setores militares), chegava a um fim melancólico, fulminada por referendo ocorrido em 6 de janeiro de 1963 e antecipado em mais de dois anos<sup>3</sup>.

A partir de 24 de janeiro de 1963, restaurado o presidencialismo em sua plenitude, Goulart logo empunhou duas bandeiras com todo o vigor: a aprovação de uma reforma agrária em moldes diferentes daquela proposta na Constituição Federal de 1946; e a execução do “Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico Social: 1963-1965”, elaborado pelo economista Celso Furtado, ministro extraordinário do Desenvolvimento Econômico, com a colaboração do ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, para debelar a explosão inflacionária e a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), tendências que assolavam a economia brasileira no início dos anos 1960.

A reforma agrária defendida por Goulart implicava a alteração do dispositivo

---

3 A Emenda Constitucional n.4, de 2 de setembro de 1961, que instituiu o sistema parlamentarista de governo, previa, em seu art. 25, a realização de consulta popular sobre sua manutenção, desde que aprovada em lei, nove meses antes de 31 de janeiro de 1966, termo final do mandato presidencial iniciado em 31 de janeiro de 1961. Essa emenda foi revogada pela Emenda Constitucional n.6, de 23 de janeiro de 1963.

constitucional que condicionava desapropriações por interesse social à “prévia e justa indenização por dinheiro”. Esse preceito tornava inviável a expropriação de terras para fins de redistribuição, pelos altos custos que ela demandaria do governo.

Foi então apresentada a Proposta de Emenda Constitucional n. 1/63, que assegurava ao proprietário indenização justa mediante títulos da dívida pública, resgatáveis em prestações sujeitas à correção do valor monetário em limite não excedente a dez por cento ao ano.

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados rejeitou-a em 13 de maio de 1963, a despeito do parecer favorável do relator, deputado Plínio de Arruda Sampaio (PDC-SP).

E, segundo Almino Affonso, ministro do Trabalho e da Previdência Social à época, “em termos imediatos, a derrota da Reforma Agrária teve como consequência inevitável a derrocada do Plano Trienal” (Affonso, 2014, p. 375).

O Plano Trienal estava muito distante de tornar-se uma unanimidade, mesmo no seio dos setores sindicais e das organizações políticas de esquerda. No início de fevereiro, o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) manifestara-se contrário à política financeira veiculada pelo plano; uma de suas medidas, a de eliminação de subsídios ao trigo e ao petróleo, tida como essencial no combate à inflação, foi tão duramente criticada que tais subvenções já haviam sido restabelecidas em abril.

Não vencida a crise econômica, aprofundada por greves que se multiplicavam pelo país, o presidente Goulart viu-se na contingência de formar, em 23 de junho, um segundo ministério, nomeando para a pasta da Fazenda o professor de Finanças e ex-governador paulista Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, a quem gregos e troianos reconheciam a eficiência como administrador, trazendo, naquelas circunstâncias, oxigênio ao governo (Affonso, 2014, p. 386-388).

Contudo, não era só o dragão da crise econômica que Goulart tinha de lançar. Outras crises armaram-se concomitantemente, e se intensificariam para compor a turbulência que desembocaria no dramático cenário de 1964: a *política*, com a perda de expressiva base de apoio no Congresso Nacional; a *social*, com a movimentação cada vez mais crescente de trabalhadores urbanos e rurais reivindicando direitos; e a *militar*, com a manifestação de subalternos das Forças Armadas, ora pleiteando melhores condições de exercício de suas funções, ora maior participação política.

E, se não bastasse o risco institucional que cada uma dessas formas de crise trazia de per si, houve episódios naquele período que tiveram o condão de embaralhá-las para multiplicar-lhes o potencial de dano.

Um desses fatos deu-se na madrugada de 12 de setembro de 1963: centenas de sargentos da Marinha e da Aeronáutica, inconformados com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de não conhecer do recurso interposto contra a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) pela inelegibilidade dos titulares daquele posto militar<sup>4</sup>, ocuparam o Ministério da Aeronáutica, a Central de Polícia e a Base Aérea de Brasília, e ainda detiveram o ministro Vítor Nunes Leal (STF), o deputado Clovis Mota, presidente em exercício da Câmara Federal, e vários oficiais. Às dezesseis horas daquele mesmo dia, quando os amotinados se entregaram sem opor resistência, tudo voltou à ordem. Instalações do TSE chegaram a ser depredadas.

A União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN)<sup>5</sup> solidarizaram-se com o movimento dos sargentos; e o CGT ameaçou declarar greve geral, caso o governo, pressionado pelos altos comandos das Forças Armadas, solicitasse ao Congresso a decretação de estado de sítio.

No dia 18 de setembro, o general Pery Constant Bevilacqua, comandante do II Exército (sediado em São Paulo), emitiu nota de instrução aos quartéis que lhe eram subordinados, conclamando os oficiais à legalidade e censurando a sublevação verificada na capital do país, e ainda enfatizando ser necessário “estar em guarda contra a solidariedade dos malfeitores sindicais, CGT, PUA (Pacto de Unidade e Ação] e Fórum Sindical de Debates”, porquanto aceitar essa solidariedade corresponderia “a sujar a honra do soldado brasileiro”.

Não era a primeira vez que as declarações daquele militar estavam em rota de colisão com organizações sindicais. Em março de 1963, ele já havia criticado as ameaças de greve em serviços públicos essenciais feitas pelo CGT, PUA e congêneres.

A nota de instrução do general Bevilacqua incendiou ânimos na cidade de São Paulo, tanto em apoio como em repulsa às suas palavras, e acabou obtendo repercussão nacional nas duas semanas que se seguiram.

---

4 A Constituição Federal de 1946 vedava os direitos de votar e de ser votado às praças de pré (salvo os aspirantes a oficial), aos suboficiais, aos subtenentes, aos sargentos e aos alunos das escolas militares de ensino superior (arts. 132, parágrafo único, e 138).

5 A Frente Parlamentar Nacionalista era um bloco suprapartidário de matiz nacionalista e esquerdista na Câmara dos Deputados.

No dia seguinte à divulgação da mencionada manifestação, as entidades nela atacadas redarguiram com a publicação de um “telegrama de repúdio”, em que protestavam “veementemente contra a nota insultosa, aviltante, provocadora e subversiva do general Pery Bevilacqua, insubordinada ao mesmo programa de reformas do presidente da República”, e exigindo que fossem “garantidas e respeitadas neste Estado as liberdades sindicais e democráticas”. O documento era assinado, entre outros, por Luiz Tenorio de Lima, Floriano Francisco Dezen e Dante Pellacani, inveterados militantes comunistas.

Apoios escritos chegavam ao polêmico general: Associação Cristã de Moços, Sociedade Rural Brasileira, Associação dos Delegados de Polícia do Estado de São Paulo, Tribunal de Contas do Estado, um telegrama de apoio de 65 deputados estaduais paulistas, por iniciativa do udenista Camilo Ashcar. Em contrapartida, noticiavam-se pressões vindas do CGT para afastá-lo daquele comando militar.

O quartel-general do II Exército, então situado na Rua Conselheiro Crispiniano, transformara-se em lugar de romaria dos apoiadores de Bevilacqua. Em 20 de setembro, mais de mil pessoas ali compareceram para cumprimentá-lo. Cinco dias depois, empolgado com a presença de quinhentas pessoas, entre as quais representantes dos trabalhadores do comércio, dos trabalhadores da indústria de papel e papelaria e dos práticos de farmácia, o general empolgou-se em fazer-lhes um discurso:

(...) No dia 12 de setembro os mesmos falsos líderes dos trabalhadores queriam deflagrar uma greve em solidariedade aos criminosos de Brasília, que investiram contra o Poder Judiciário. Foi por isso mesmo que o comando do II Exército baixou uma modesta Nota de Instrução aos seus comandados para que outros criminosos não se juntassem aos de Brasília.(...) Se a Nota de Instrução expedida aos seus comandados foi de agrado do povo em geral e particularmente dos operários, o II Exército continuará recebendo o público.(...)

O CGT, a UNE e a FPN haviam divulgado, em 23 de setembro, manifesto pelo qual, entre outras coisas, exprimiam “sua solidariedade à classe operária brasileira e ao movimento sindical, duramente atingidos em sua dignidade, pelas declarações do general Bevilacqua”.

Leonel Brizola, então deputado federal petebista pelo estado da Guanabara, em entrevista dada à reportagem do *Diário de S. Paulo* no Aeroporto de Congonhas, não deixou de manifestar-se de modo contundente sobre as declarações do comandante do II Exército:

Estou assistindo com imenso pesar um verdadeiro processo de “gorilização” por iniciativa do general Pery Bevilacqua, principalmente por ser este uma pessoa de minha estima. Entre outras, é por isso que vejo que um militar de sua estirpe venha a servir de instrumento para alguns grupos favoráveis ao imperialismo, que vem obrigando nosso país cada vez mais a se aproximar da miséria e nosso povo da desgraça.

Brizola e Bevilacqua haviam estado na mesma trincheira dois anos antes, na luta inarredável pela posse de Goulart na cadeira presidencial. O general apoiara firmemente seu colega de patente Machado Lopes, comandante do III Exército, que havia ignorado a ordem do ministro da Guerra, marechal Odylio Denys, para bombardear o Palácio Piratini, transformado em quartel do governo gaúcho de Leonel Brizola naqueles dias (Affonso, 2014, p. 148-151).

Figuras proeminentes do Movimento Constitucionalista de 1932 também visitaram o general Bevilacqua para hipotecar-lhe apoio, fato que despertou a ira de Rio Branco Paranhos, comunista eleito vereador pelo PTB, traduzida em mordaz discurso proferido da tribuna do plenário do Palacete Prates, sede do Legislativo paulistano, em 27 de setembro:

(...) Portanto, a fala do general foi uma fala do outro mundo. E, porque foi, seu Quartel-General passou a ser visitado pelos duendes de 32. Ali têm ido, de padiola, macróbios como um José Maria Whitaker; de tálburi, um dândi do século passado, como é René Thiollier; o sócia de Procópio Ferreira, como é o poeta Guilherme de Almeida; os vivaldinos da Federação das Indústrias, que já abiscoitaram 5,9 bilhões do Banco do Estado; os bacalhoeiros da Associação Comercial e os lavradores do asfalto da Sociedade Rural; além dos protestadores de sempre. O clima, pois, é o de 32. A revolta só não eclodiu por falta de um Ibrahim Nobre. Falta seu verbo. Mas a máquina está montada. E ela agora se serve do general e de suas falas. O “slogan” e a motivação é o “delenda CGT”. E a plutocracia se agita e delira, em espasmos histéricos. E a velharia vai aos baús e retira fardas e bibis, repassa-os e reprega botões e aproveita ensanchas, a fim de se comportarem panças e partes enxundrosas. É uma comédia, uma soberba comédia! (...)

Porém, havia uma coerência histórica na posição dos velhos constitucionais de 1932, que viam em Goulart um Getúlio redivivo: acreditavam que as agitações poderiam criar um ambiente próprio para um continuísmo autoritário ou até mesmo ditatorial de João Goulart, repetindo a trilha que Getúlio Vargas, seu

mentor político, fizera em 1937 e que resultara no golpe do Estado Novo (Getúlio, para justificar a implantação da ditadura, evocara o quadro de radicalização entre comunistas, estigmatizados pela intentona de 1935, e a extrema-direita enfeixada no integralismo)<sup>6</sup>.

Quase na mesma linha o próprio Luiz Carlos Prestes, lendário líder comunista, diria muitos anos depois:

Só mais tarde é que eu percebi que havia muitos elementos continuístas nas posições de Jango. Eu sempre evitei criticar Jango abertamente, mas ele vivia num sério dilema. Sabia que nós estávamos preponderando sobre o PTB e não queria ser boneco dos generais, nem do movimento de massa. Era como Getúlio: sabia guinar à esquerda e à direita no momento certo (Morais;Viana, 1997, p. 211).

Naquele 27 de setembro, a quase totalidade dos discursos proferidos na Câmara Municipal de São Paulo teve como tema a nota de instrução do general Pery Bevilacqua, posicionando-se contra ela, além de Rio Branco Paranhos, Milton Pereira Marcondes (PTB) e Herotildes Carvalho de Araújo (PR), e, a favor, Marcos Mélega (UDN), Ary Silva (PR) e Italo Fittipaldi (PSP).

Entretanto, no cabo de guerra com as organizações de esquerda, o polemista fardado levaria a pior: em novembro de 1963, sem seu conhecimento ou aprovação, Bevilacqua foi nomeado pelo presidente Goulart para a chefia do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), função que não lhe dava liderança de tropas. Para sucedê-lo no comando do II Exército em São Paulo, Goulart designou o general Amaury Kruehl, longe de vislumbrar o papel decisivo que esse militar teria meses depois de sua deposição<sup>7</sup>.

6 O pedido de decretação de estado de sítio feito, poucos dias depois, pelo presidente João Goulart ao Congresso Nacional reforçaria neles o temor pelo fechamento do regime democrático. Essa foi a impressão colhida à época pelo poeta Paulo Bomfim, amigo pessoal de Guilherme de Almeida e de Ibrahim Nobre (depoimento prestado ao autor em 26 de maio de 2014).

7 O general Bevilacqua chegaria no limite das rusgas com as entidades sindicais que ele combatia ao determinar a ocupação do porto de Santos durante uma greve lá ocorrida, em final de outubro de 1963. Afigurava-se, porém, uma conjectura no mínimo interessante imaginar qual teria sido seu comportamento se ainda comandasse o II Exército na dramática virada de 31 de março para 1º de abril de 1964, já que em 1961 ele assumira abertamente a solução constitucional em favor da posse de Goulart. Após o golpe, foi contrário à abertura de processos na justiça militar contra Goulart e seus auxiliares e, já em 1965, passou a defender a anistia dos punidos, posição que manteve de forma enfática enquanto ministro do Superior Tribunal Militar (STM), o que lhe rendeu, em 16 de janeiro de 1969, a pena da aposentadoria compulsória com base no Ato Institucional n.5, de 13/12/1968.

Se o mês de setembro se encerrou tenso na cidade de São Paulo, outubro, mês de eleições municipais, iniciava-se em plena ebulição.

O CGT e coirmãs sindicais ultimavam os preparativos para uma grande manifestação popular que ocorreria na Praça da Sé em 4 de outubro, aguardando-se a presença do próprio presidente da República para sancionar a lei instituidora do salário-família.

Goulart, todavia, acabaria não vindo a São Paulo em virtude de nova crise deflagrada pela bombástica entrevista de Carlos Lacerda, governador da Guanabara e seu mais renhido algoz político, dada a Julian Hartt, correspondente do *Los Angeles Times* e publicada na edição de 1º de outubro da *Tribuna da Imprensa*, e pela qual ele declarava que o governo norte-americano devia suspender toda a ajuda programada ao Brasil até que houvesse a queda de Goulart.

A matéria, também publicada n'O *Estado de S. Paulo*, causou profunda indignação aos ministros militares, que emitiram nota de repúdio às declarações de Lacerda e oficiaram ao presidente Goulart sugerindo enfaticamente a adoção do estado de sítio.

A posição dos ministros da Guerra, da Marinha e da Aeronáutica alvoroçou os meios políticos em todo o país e, por óbvio, não deixaria de ecoar nos corredores do Palacete Prates.

O vereador Eduardo de Souza Queiroz (UDN) disse subscrever a entrevista do governador e seu colega de partido, salientando que a cada brasileiro devia impressionar vivamente o que do país pensavam os estrangeiros “ante esse governo amoral, corrupto, tergiversante, sem palavras, ilhado de comunistas”. O também vereador udenista Marcos Mélega protestou contra a manifestação dos ministros militares. Já o petebista Milton Marcondes hipotecou solidariedade aos chefes das Forças Armadas e Molina Júnior (MTR), após haver lembrado a oposição de alguns edis à outorga do título de “Cidadão Paulistano” a Lacerda, afirmou que homens como o governador da Guanabara comandavam a agitação no Brasil.

O líder do PTB, Rio Branco Paranhos, tentava ler da tribuna o depoimento subscrito pelos chefes militares, mas era constantemente aparteado por vereadores anti-Goulart. No tumulto do falatório, ainda conseguiu falar:

O governo federal não faz outra coisa senão repelir a provocação desses dois governadores [Adhemar de Barros e Carlos Lacerda] que não fazem outra coisa senão agravar a situação social e econô-

mica do país. (...) A preocupação é estrangular o governo federal, é impedir que ele possa prosseguir com o seu trabalho.

João Goulart concedera-se certo tempo para decidir sobre o pedido que os militares lhe haviam encaminhado. Naquele momento, no Rio de Janeiro, Brizola convocou uma reunião do conselho diretivo da Frente de Mobilização Popular (FMP), que agrupava forças heterogêneas da esquerda brasileira, desde o CGT e a UNE, passando pela Frente Parlamentar Nacionalista, até oficiais nacionalistas e militantes comunistas. Desejava que a FMP se posicionasse sobre a questão do estado de sítio.

Não mais ministro e reassumindo sua cadeira de deputado federal pelo PTB amazonense, Almino Affonso, uma das grandes figuras da bancada trabalhista, presente ao encontro, logo se declarou totalmente contrário àquela medida excepcional que, segundo seu juízo, se adotada, implicaria o cerceamento da atividade sindical e poderia levar de roldão, depois de depostos Adhemar e Lacerda, o governador socialista de Pernambuco, Miguel Arraes (Affonso, 2014, p. 538-539).

Na ausência do presidente da UNE, José Serra, que estava em Salvador, o vice-presidente Marcelo Cerqueira também se manifestou contra o estado de sítio, uma vez que essa era a história que sua entidade encarnara desde a resistência ao Estado Novo (Affonso, 2014, p. 539-540).

Dessa vez não eram os decanos constitucionalistas de 1932 e sim um jovem líder estudantil dos anos 1960 que alertava para o risco de uma ditadura de inspiração getulista.

Ao final, a posição assumida pela FMP foi de opor-se ao estado de sítio, logo endossada pelos governadores e ela ligados (além de Arraes, o goiano Mauro Borges e o sergipano Seixas Dória) (Affonso, 2014, p. 540).

Contudo, Goulart acabou palmilhando pela direção oposta: na madrugada do dia 4, uma sexta-feira, reuniu-se no Palácio das Laranjeiras com seu ministério (à exceção do titular da pasta da Educação, Paulo de Tarso, que se encontrava em São Paulo) para expor-lhe as razões pelas quais ia pedir ao Congresso Nacional a decretação do estado de sítio.

Algumas horas depois, Darcy Ribeiro, chefe do Gabinete Civil, encaminhou à Câmara dos Deputados a mensagem presidencial contendo a draconiana solicitação, acompanhada das exposições dos ministros da Justiça e das três Armas.

Os relatos fundamentadores do pedido de decretação do estado de sítio aglutinavam fatos que, no entender daqueles ministros, ameaçavam as instituições democráticas e a ordem pública, entre os quais: as greves que serviam “de pretexto para a conspiração política”; a pregação, por grupos inconformados, da violência e subversão como solução dos problemas das classes trabalhadoras; a atuação de governadores de estado que olvidavam “a responsabilidade do cargo a que o povo os elevou”, rebelando-se “contra a legalidade democrática”; e “a sublevação de graduados e soldados da Aeronáutica e da Marinha de Guerra na própria Capital da República”. Nada que ocorrera naquele turbulento período escapou do olhar reprovador dos defensores do estado de sítio. A entrevista de Lacerda apenas criara o pretexto para que se propusesse um antídoto que se julgava suficientemente forte contra aqueles fatores de desencadeamento da crise político-social em que o país estava submerso.

O projeto de lei apresentado, versando sobre a decretação de estado de sítio em todo o território nacional, objetivava a suspensão, por trinta dias, de uma extensa série de garantias constitucionais, entre elas: a livre manifestação de pensamento; a inviolabilidade do sigilo de correspondência e do domicílio; o direito de reunião; a liberdade de associação; o uso do *habeas corpus* e do mandado de segurança; e a observância da regra segundo a qual ninguém pode ser preso senão em flagrante delito ou por ordem escrita da autoridade competente, nos casos em lei.

O calendário eleitoral marcava para o dia 6 de outubro, domingo, pleitos em 184 municípios paulistas (outros tantos aconteceriam nos dois domingos subsequentes no Estado de São Paulo, incluindo a eleição para a Câmara paulistana), mas, diante da instabilidade gerada pela mensagem presidencial encaminhada ao Congresso Nacional, foi levantada a hipótese de sua não ocorrência, o que motivou, da parte do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo (TRE-SP), um comunicado à imprensa para confirmá-los.

Ainda no dia 4, a grave situação nacional mobilizou os vereadores paulistanos, que decidiram que a Câmara ficaria em sessão permanente enquanto perdurasse a crise política. Ato contínuo, foi enviada mensagem da edilidade ao Congresso Nacional manifestando “repulsa à tentativa de decretação de estado de sítio, medida excepcional não recomendada, nem necessária, divorciada do espírito ordeiro da gente bandeirante, que mais não pretende senão a garantia de poder continuar cumprindo sua elevada tarefa de trabalhar pelo engrandecimento da Pátria”.

O impacto negativo da mensagem de Goulart deu-se quase instantaneamente à sua chegada à Câmara dos Deputados.

No dia 5, sábado, o presidente da República ouviu a sugestão do ministro Paulo de Tarso e do brigadeiro Francisco Teixeira, um de seus principais assessores militares, de retirar a mensagem pura e simplesmente, mas a princípio não a considerou. Por outro lado, viu com bons olhos a recomendação do ministro do Trabalho, Amauri Silva, que dizia espelhar a média das opiniões de certas áreas sindicais, segundo a qual a medida drástica deveria ser restrita aos estados da Guanabara e de São Paulo.

No domingo, entretanto, a posição de Goulart modificou-se diametralmente: assimilando a enorme repercussão contrária à sua proposta e vendo-se sem o necessário respaldo parlamentar para aprová-la, o presidente da República passou a preocupar-se em demover seus ministros militares da ideia de estado de sítio e pediu-lhes uma exposição que justificasse o recuo, tarefa que constrangidamente cumpriram. No dia seguinte, a mensagem de retirada do pedido de decretação do estado de sítio foi encaminhada e logo se consumou seu propósito.

Em suas memórias sobre o período, José Serra diz:

Não creio que Goulart tivesse atuado de forma entusiasmada na confecção do roteiro que ia do estado de sítio ao regime de exceção. Mas embarcara nele. Acreditava que era a única saída para as crescentes dificuldades do Planalto (Serra, 2014, p. 19)<sup>8</sup>.

A tibieza de João Goulart, evidenciada no episódio do fracassado estado de sítio, deu a exata dimensão do desastre político em que se transfigurara seu governo. Era o princípio do fim...

### **3 O PLURIPARTIDARISMO EM VOTOS PARA A CÂMARA PAULISTANA**

O mês de outubro de 1963 iniciara-se de modo incendiário no plano político nacional e reservava para o Estado de São Paulo a realização de eleições municipais seriadas em três domingos sucessivos: no dia 6, em plena crise provocada pela mensagem de Goulart solicitando a decretação do estado de sítio, em 184 municípios compreendidos nas zonas eleitorais de designação numérica ímpar; no dia 13, em outras 184 cidades sob a responsabilidade das zonas eleitorais de designação numérica par; e por fim, no dia 20, na capital paulista, para a escolha dos membros de seu Legislativo (a propósito, outros doze municípios também só elegeriam seus vereadores, enquanto, nos demais - 356 -, os pleitos inclui-

<sup>8</sup> Serra não via em Goulart uma “personalidade autoritária” nem “um golpista inveterado, à moda de Carlos Lacerda”, mas acreditava que o estado de sítio pudesse levar a intervenções no CGT, na UNE e em Pernambuco governado por Miguel Arraes (p.18).

riam, além dos candidatos à edilidade, os postulantes aos cargos de prefeito e vice-prefeito).

Para a eleição paulistana à Câmara Municipal, os treze partidos existentes no país apresentaram candidatos às 45 cadeiras em disputa, num total de 777 concorrentes, dos quais 756 homens e 21 mulheres. O PR e o PRP inscreveram, cada qual, três candidaturas femininas; outros quatro partidos (PDC, PRT, PSP e PTN) registraram, cada qual, duas; e os demais, uma por sigla. Só duas mulheres acabariam eleitas.

Das treze agremiações, onze conseguiram o registro do número máximo permitido (60 candidaturas). Apenas o PTB e o PRT não atingiram o limite legal, apresentando, respectivamente, 59 e 58 candidatos.

A campanha eleitoral refletia, e não poderia ser diferente, as passionais diferenças ideológicas que permeavam o Brasil desde as primeiras eleições pós-Estado Novo. Uma denominada “Aliança Eleitoral pela Família”, reputando-se como “um órgão de defesa da consciência católica dos bons cristãos”, divulgara uma lista de apoio a candidatos a vereador para fazer frente a “candidatos de ideologia oposta ou resistente à ordem social cristã e doutrina social da Igreja”. O rol dos apoiados era extenso, abarcando nomes de onze partidos, à exceção do PSB e PRT, com predominância de candidatos do PDC, do PR e da UDN.

Os militantes comunistas, ainda que filiados a outros partidos, sofriam restrições praticamente invencíveis de candidatarem-se desde 1947, ano em que, abrigados no PST paulista, tiveram suas candidaturas para as eleições municipais fulminadas em todo o estado por decisão do TSE, provocada pelo PDC, pelo PSP e pelo diretório nacional do próprio PST. Nesse sentido, a legislação eleitoral tornara-se implacável<sup>9</sup>.

Não obstante isso, alguns membros do PCB continuavam tentando se desvencilhar dessa perseguição legalizada para encontrar abrigo em agremiações que lhe manifestassem alguma simpatia. Entre eles Moacir Longo e Odon Pereira da Silva, ambos dirigentes pecebistas no Estado de São Paulo: o primeiro conseguiu legenda pelo PSB e o segundo pelo PTB para concorrerem à Câmara paulistana na eleição de 1963 e viriam a eleger-se<sup>10</sup>.

9 A lei n.2.550, de 25/7/1055, em seu art. 58, determinava que fosse negado o registro aos candidatos que, pública ou ostensivamente, fizessem parte, ou fossem adeptos de partido político cujo registro tivesse sido cassado com fundamento no art. 141, § 13, da Constituição Federal de 1946, que vedava a organização, o registro ou funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático, baseado na pluralidade dos partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem.

10 José Maria Crispim, deputado constituinte comunista eleito em 1945 e expulso do PCB em 1952,

As eleições municipais daquele ano trouxeram também uma novidade: a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, prevista em lei e regulamentada pela Justiça Eleitoral com base em critérios equânimes de distribuição de tempo. Essa propaganda a título gracioso estreara nas eleições estaduais e federais de 1962 e, pela primeira vez colocada em prática para pleitos municipais, seria veiculada pelas dezenove emissoras de rádio e as cinco emissoras de televisão sediadas na cidade de São Paulo<sup>11</sup>.

Entretanto, naquela época, a propaganda eleitoral radiofônica e televisiva não era previamente gravada para transmissão simultânea em cadeia. Como os programas eram ao vivo, os candidatos de um mesmo partido tinham de desdobrar-se entre as emissoras para atenderem aos horários de programação, que podiam variar de uma para outra, tudo devidamente fixado pela Justiça Eleitoral.

Assim, por exemplo, no primeiro dia de propaganda (19/8/1963), os candidatos do PSB, no horário da tarde, tiveram que comparecer à Rádio Cultura (das 15h às 16h), à Rádio 9 de Julho (das 15h30min às 16h30min) e à TV Cultura (das 16h30min às 17h30min) e, no horário da noite, à Rádio Gazeta (das 20h às 21h), à Rádio Record (das 20h às 21h) e à TV Excelsior (das 20h às 21h).

Poucos dias após seu início, essa modalidade de propaganda já suscitava manifestações na tribuna da Câmara Municipal. Os vereadores Nazir Miguel (PSD), Davino Renato de Oliveira (PTB) e Ermano Marchetti (PR) lamentaram os excessos cometidos na rádio e na TV. Italo Fittipaldi (PSP), em tom jocoso, chegou a dizer que, passadas as eleições, os canais de televisão seriam assediados por

era membro do Conselho Sindical do PTB em 1963. Pela mesma sigla havia sido eleito vereador de São Paulo, em 1959, Rio Branco Paranhos, que exerceu seu mandato até o final; antes dele, Dante Pellacani (PTN), Romero Luchesi e Floriano Francisco Dezen (ambos pelo PSD) elegeram-se ao Legislativo da capital em 1951, mas seus registros de candidatura foram invalidados pela Justiça Eleitoral em virtude da militância comunista a eles atribuída, sequer chegando a tomarem posse, mesmo destino de que tinham sido vítimas os 15 vereadores eleitos pelo PST paulistano em 1947, ainda que quanto a dois deles não se comprovasse passado marxista algum. Milton Marcondes Pereira, vereador por três mandatos (o primeiro conquistado, pela UDN, em 1951), embora não comunista, teve o apoio do PCB em suas eleições pelo PSB, em 1955, e pelo PTB, em 1959, e, em sua última legislatura, foi substituído não poucas vezes pelo primeiro suplente petebista João Louzada, que era militante comunista e destacada liderança dos trabalhadores da construção civil em São Paulo. No pleito de 1963, o PCB também apoiou os não comunistas Molina Júnior e Gioia Júnior, do MTR, e ainda David Lerer, do PSB, que fora militante comunista enquanto estava no movimento estudantil e se afastou do partido após se formar médico. No pleito de 1968, elegeram-se vereador pelo MDB Ephraim de Campos, dirigente municipal do PCB.

11 Emissoras de rádio: América, Bandeirantes, Cometa, Cultura (dos Diários e Emissoras Associados), Difusora, Eldorado, Excelsior, Gazeta, Industrial Paulista, Marconi, Nacional, 9 de Julho, Panamericana, Piratininga, Progresso, Record, Santo Amaro, São Paulo e Tupi. Emissoras de televisão: Cultura (dos Diários e Emissoras Associados), Tupi, Paulista, Record e Excelsior. A propaganda era de uma hora vespertina e uma hora noturna diárias e foi ao ar de 19 de agosto a 17 de outubro de 1963.

uma boa parcela do povo paulistano para contratar definitivamente alguns candidatos por darem verdadeiros shows, ofuscando até mesmo Chico Anísio...

Alcançada a data do pleito, 1.427.000 eleitores compreendidos nas zonas eleitorais então existentes na cidade de São Paulo estavam aptos a votar e 4.158 urnas seriam apuradas por 40 juntas eleitorais, a partir das 13 horas do dia seguinte, no Pavilhão Internacional do Parque Ibirapuera.

Compareceram às urnas 1.147.598 eleitores, dos quais 153.605 anularam seus votos. Assim, remanesceram como válidos 993.993 votos (incluindo 60.684 votos em branco).

O desempenho de cada partido, somando votos nominais e de legenda, foi o seguinte:

- 1º) Partido Social Progressista (PSP): 121.873 votos
- 2º) União Democrática Nacional (UDN): 93.533 votos
- 3º) Partido Social Trabalhista (PST): 83.594 votos
- 4º) Partido Democrata Cristão (PDC): 80.315 votos
- 5º) Movimento Trabalhista Renovador (MTR): 80.270 votos
- 6º) Partido Republicano (PR): 72.910 votos
- 7º) Partido Social Democrático (PSD): 64.568 votos
- 8º) Partido Libertador (PL): 62.872 votos
- 9º) Partido Trabalhista Brasileiro (PTB): 62.477 votos
- 10º) Partido Trabalhista Nacional (PTN): 62.423 votos
- 11º) Partido Rural Trabalhista (PRT): 58.565 votos
- 12º) Partido de Representação Popular (PRP): 46.914 votos
- 13º) Partido Socialista Brasileiro (PSB): 42.995 votos

Foram eleitos os candidatos mais votados de cada partido, tantos quantos indicaram os quocientes partidários e o cálculo da distribuição das sobras<sup>12</sup> e, desta forma, se repartiram as 45 cadeiras da Câmara Municipal de São Paulo (em negrito, os nomes parlamentares):

---

12 Quociente partidário: resultado da divisão do número de votos dados a um partido (nominais e de legenda) pelo quociente eleitoral, que é, por sua vez, o resultado da divisão do total de votos válidos (inclusive os em branco) havidos na eleição pelo número de cadeiras a preencher (Lei n.1.164, de 24/7/1950 – Código Eleitoral - , arts.57 e 58). Sobras: distribuídas, quando não preenchidos todos os lugares com a aplicação dos quocientes partidários, dividindo-se o total de votos válidos dados ao partido pelo número de lugares por ele obtidos, mais um, cabendo à agremiação de maior média um dos lugares a preencher e repetindo-se essa operação até que não reste mais cadeira alguma a ser atribuída (art.59, caput). Essas definições conservam-se até os dias atuais, com algumas alterações (assim, por exemplo, no âmbito dos votos válidos não são mais considerados os votos em branco).

**PSP** – 6 cadeiras

- 1º) Antônio **Hélio** Xavier **Mendonça** – 7.635 votos
- 2º) **Manoel** Martins de **Figueiredo Ferraz** – 6.522 votos
- 3º) **Aurelino** Soares de **Andrade** – 5.769 votos
- 4º) Armando Simões Netto – 5.660 votos
- 5º) **Antônio Sampaio** – 5.347 votos
- 6º) **João De Luca** – 4.993 votos

**UDN** – 5 cadeiras

- 1º) Dulce Salles Cunha Braga – 23.980 votos
- 2º) **Marcos Mélega** – 9.418 votos
- 3º) Fernando Pereira Barreto – 4.208 votos
- 4º) **Francisco Moraes** – 3.533 votos
- 5º) Fausto Tomaz de Lima – 2.597 votos

**PST** – 4 cadeiras

- 1º) **Alex Freua Netto** – 6.742 votos
- 2º) João **Brasil Vita** – 5.196 votos
- 3º) **Mauro Ernani** Brandi **Costa** – 4.557 votos
- 4º) **Agenor** Palmorino **Mônaco** – 3.843 votos

**PDC** – 4 cadeiras

- 1º) **Américo Sugai** – 7.634 votos
- 2º) Joaquim **Monteiro de Carvalho** – 5.724 votos
- 3º) **Francisco** dos Santos **Batista** Filho – 5.478 votos
- 4º) Emílio Meneghini – 5.084 votos

**MTR** – 4 cadeiras

- 1º) Rafael **Gioia** Martins Júnior – 7.438 votos
- 2º) **Raul Tabajara** Vidigal Leitão – 5.770 votos
- 3º) José **Molina Júnior** – 5.524 votos
- 4º) **Marcos Kertzmann** – 4.499 votos

**PR** – 3 cadeiras

- 1º) Braz **Urbano Reis** Espósito – 7.317 votos
- 2º) **Ary Silva** – 6.035 votos
- 3º) **Ermano Marchetti** – 3.873 votos

**PSD** – 3 cadeiras

- 1º) Geraldino dos Santos – 6.928 votos
- 2º) **Nazir Miguel** – 4.375 votos
- 3º) Luiz Domingues de Castro – 3.830 votos

**PL** – 3 cadeiras

- 1º) Paulo Soares Cintra – 3.842 votos
- 2º) **Jayme Rodrigues** – 3.466 votos
- 3º) **João Lemos** – 3.323 votos

**PTB** – 3 cadeiras

- 1º) Odon Pereira da Silva – 4.755 votos
- 2º) Anna Lamberga Zéglio – 4.134 votos
- 3º) **José de Oliveira Almeida Diniz** – 3.544 votos

**PTN** – 3 cadeiras

- 1º) Fernando **Scalamandrê** Júnior – 5.485 votos
- 2º) **Benedicto Rocha** – 4.209 votos
- 3º) **Laércio Corte** – 2.819 votos

**PRT** – 3 cadeiras

- 1º) **Hélio Dejtiar** – 5.878 votos
- 2º) Luiz Gonzaga Pereira – 3.999 votos
- 3º) **Mário Osassa** – 3.045 votos

**PRP** – 2 cadeiras

- 1º) **José Maria Marin** – 4.223 votos
- 2º) **Sebastião Gabriel Sayago Laet** – 4.148 votos

**PSB** – 2 cadeiras

- 1º) **Moacir Longo** – 4.632 votos
- 2º) **David José Lerer** – 3.883 votos

Todas as treze agremiações que haviam participado do pleito elegeram vereadores, reafirmando a vocação da Câmara paulistana, iniciada já em sua primeira composição pós-Estado Novo, de verdadeiro caleidoscópio partidário.

O PSP, do então governador Adhemar de Barros, obteve a maior vitória, que, mesmo assim, representava apenas 13% do total das cadeiras em disputa, e a UDN, partido a que pertencia Prestes Maia, à época prefeito de São Paulo, alcançou 10%. Comparando-se com o desempenho verificado na eleição de 1959, para cada uma dessas legendas houve o acréscimo de uma cadeira.

Embora pesquisa de opinião daquele período, cujo resultado só recentemente veio a lume, apontasse uma avaliação muito boa para o presidente Goulart na capital paulista (Affonso, 2014, p. 14)<sup>13</sup>, a sigla trabalhista por ele comandada teve desempenho eleitoral inferior ao constatado no pleito anterior, com perda de uma cadeira. Outros partidos também sofreram pequenos desfalques de uma eleição para outra: PST, PDC, PSD, PTN e PRP, cada qual com um assento a menos. O PR, o PL, o PRT e o PSB mantiveram o tamanho de suas bancadas. Já o MTR, formado em 1961, fazia sua estreia em pleitos municipais rivalizando-se numericamente com partidos tradicionais.

A diplomação dos eleitos deu-se em 7 de novembro, no auditório do Instituto Caetano de Campos, em cerimônia presidida pelo juiz da 1ª Zona Eleitoral da capital, Marcondes Rangel.

O vereador Italo Fittipaldi, adhemarista convicto que optara por não disputar a reeleição, regozijava-se da tribuna da Câmara ao afirmar que Jânio Quadros, adversário figadal de seu líder político, havia sido o grande perdedor do pleito, uma vez que o candidato por ele ostensivamente apoiado, Roberto Gusmão, não havia sido eleito, ficando na primeira suplência do PTB<sup>14</sup>.

E coincidindo com a toada de seu assecla, o próprio Adhemar declarou que, para a sucessão do prefeito Prestes Maia em março de 1965, esperava constituir um sistema de forças objetivando derrotar Jânio caso ele viesse a ser candidato

13 Fernando Morais, no prefácio desse importante livro memorialístico, cita levantamento efetuado pelo historiador Luiz Antônio Dias nos arquivos do Ibope em poder da Universidade de Campinas. Segundo os números apurados pelo acadêmico e divulgados pela revista Carta Capital, João Goulart, em junho de 1963, era aprovado por 66% da população de São Paulo, contra 59% de Adhemar de Barros e 38% de Prestes Maia.

14 Carta de apoio de Jânio a Roberto Gusmão, acompanhada de imagem de ambos se cumprimentando, foi publicada em jornais durante a campanha eleitoral. Muitos anos depois, Gusmão se tornaria um dos principais articuladores da vitoriosa campanha presidencial de Tancredo Neves no colégio eleitoral e, em março de 1985, assumiria o Ministério da Indústria e Comércio do governo José Sarney.

“para reiniciar a sua carreira política”. A propósito, o PR, em convenção realizada em 28 de outubro para eleger seu diretório regional, já extraoficialmente indicava o vice-governador Laudo Natel, executivo ligado ao Banco Brasileiro de Descontos (Bradesco), como candidato a prefeito. O futuro, porém, apontaria para outra preferência dos republicanos: o brigadeiro Faria Lima.

Mas não era apenas a sucessão municipal que estava na ordem do dia da classe política de São Paulo. Em novembro, o vereador Nazir Miguel, líder do PSD, promoveu, na residência do vereador Hélio Dejtiar (PRT), encontro de seus pares como passo inicial para formar, na Câmara Municipal, um bloco de apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek (PSD), tendo em vista a eleição presidencial de outubro de 1965. Da reunião participaram 22 vereadores daquela legislatura que se findava e representativos de onze agremiações, do PSB até o PRP. Apenas a udenista Dulce Salles Cunha Braga deixou de expressar seu apoio à pretensão juscelinista, porquanto tudo mostrava que seu partido daria suporte à candidatura de Carlos Lacerda.

Adhemar de Barros igualmente não deixava dúvida sobre sua participação na sucessão de João Goulart e o governador mineiro Magalhães Pinto afirmava, em 23 de novembro, sua disposição de também concorrer, indicando que se lançaria pelo PR caso não conseguisse a legenda da UDN, seu partido.

Naquele momento, porém, se procurava construir uma alternativa às candidaturas postas: a do ministro Carvalho Pinto. Segundo o deputado federal paulista Dias Menezes (PTN), Goulart vinha mantendo contato telefônico com Jânio para reeditar, em torno de Carvalho Pinto, o bem-sucedido movimento suprapartidário “Jan-Jan” que os levara à vitória na eleição presidencial ocorrida em 1960 (Carvalho Pinto havia sido secretário de Finanças de Jânio na Prefeitura paulistana e no governo paulista). Cogitava-se até de sua filiação ao PTB para concorrer à Presidência da República. Entretanto, não tardaria que essa cogitação se transformasse em hipótese não realizada: hostilizado por setores petebistas em virtude de medidas que vinha adotando e, por conseguinte, sentindo-se paulatinamente desprestigiado na condução dos assuntos da pasta da Fazenda, Carvalho Pinto demitiu-se em 19 de dezembro de 1963. Sua saída representou “o rompimento de um dos últimos elos que a burguesia brasileira ainda mantinha com o governo de Goulart” (Toledo, 2004, p. 67).

Embora, no final de 1963, o cenário político ainda se mostrasse muito agitado e a situação econômica fosse diagnosticada como bastante aflitiva, ninguém, àquela altura, estaria apto a vaticinar a gravidade das trevas que se avizinhavam. No ano seguinte, o golpe militar levado a cabo logo pariu seu primeiro Ato Institucional que, entre outras aberrações ditatoriais, deu ensejo à cassação de man-

datos legislativos, e do parlamento paulistano foi arrebatado um jovem vereador em primeiro mandato: Moacir Longo<sup>15</sup>.

#### **4 O GOLPE DE 1964 E A CLASSE MÉDIA PAULISTANA: UMA REFLEXÃO**

Muito se discute, nos meios acadêmicos, a participação da classe média brasileira no processo que culminou com a deposição do presidente João Goulart em 1º de abril de 1964. Esse estrato social vinha florescendo desde o final da Segunda Guerra Mundial e tinha no segmento paulistano seu braço mais forte no maior centro econômico-financeiro do país.

Goulart pugnava pelas reformas agrária, bancária, tributária, urbana, eleitoral e universitária para possibilitar um maior desenvolvimento econômico, com a ampliação do mercado interno, e atender às progressivas demandas populares.

Segundo Júlio José Chiavenato, seu governo “só ameaçou uma coisa – os privilégios – da classe dominante” e assim “as elites ‘convenceram’ a classe média de que as suas ideias correspondiam às ideias da sociedade” (Chiavenato, 2004, p. 45).

O famoso comício de 13 de março de 1964, na cidade do Rio de Janeiro, organizado pelo CGT e pela assessoria sindical do presidente da República, tinha como objetivo principal aumentar a pressão pelas reformas, mas a reação a ele foi quase imediata: em 19 de março, em São Paulo, reunindo um número de pessoas muito superior ao verificado no comício do Rio, ocorreu a “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que contou com o apoio logístico do governo do Estado de São Paulo, de parte da Igreja Católica, da Sociedade Rural Brasileira e da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. E foi a classe média paulistana que lhe deu a expressiva musculatura multitudinária: bancários, funcionários públicos, pequenos comerciantes, profissionais liberais das mais diferentes categorias. Essa monstruosa movimentação popular (algumas estimativas chegaram a meio milhão de participantes da marcha) acabou conferindo “legitimidade” para a ação perpetrada pelos militares golpistas quase duas semanas depois.

Chiavenato identifica “a resistência da classe média às mudanças, com um medo quase histérico a tudo que cheirasse a ‘proletário’”, e ainda diz:

---

15 Com a cassação de Longo, em 12 de junho de 1964, assumiu sua cadeira o primeiro suplente do PSB, Juvenal José Locatelli Filho.

A classe média, condicionada pelos preconceitos das elites, sentia-se superior ao operariado que, repentinamente, despontava no cenário político nacional. A saída foi apoiar soluções autoritárias contra a emergência dos trabalhadores – um povo que há menos de oitenta anos era escravo e agora reivindicava direitos que a classe média supunha que lhe seriam roubados (Chiavenato, 2004, p. 43-44).

Ainda para cooptar a classe média, a ação propagandística do capital conservador opôs a “democracia” ao “comunismo”:

Essa aplicação temática revela a presença do temor da proletarização no seio da classe média. Esse temor não se apodera tão somente da classe média liberal, mas se estende inclusive a certos setores da baixa classe média; daí o relativo alargamento do auditório da propaganda anticomunista dirigida por aquela fração [a classe dominante] (Fausto, 2007, p. 596).

Não há dúvida que as elites locais, aliadas ao imperialismo norte-americano, contrariado por algumas medidas nacionalistas de Goulart, fortemente laboraram para pintar seu governo com cores comunistas, e talvez a melhor expressão da sinergia desses esforços tenha sido o suporte econômico que deram ao Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), entidades que promoviam um vigoroso proselitismo anticomunista e antigovernista por meio de livros, jornais, revistas, conferências, e programas de rádio e televisão, entre outras ações (o IBAD chegou a colaborar financeiramente na campanha de centenas de candidatos que tinham seu perfil, nas eleições estaduais e federais de 1962).

A classe média brasileira, naquele tempo predominantemente católica, só poderia antipatizar-se com o ateísmo congênito da doutrina comunista. Outrossim, as notícias de fuzilamentos sistemáticos (*paredóns*) cometidos pelo regime de Cuba perfilado àquela ideologia constituíam-se em involuntária propaganda anticomunista.

A catequese dualista apregoava que as reformas de base levariam à “comunicação” ou a “cubanização” do Brasil. Mas o governo de João Goulart teria feições que pudessem revelar essa intenção de conduzir o país à extrema esquerda?

José Serra, que presidiu a UNE à época, desmente com ênfase essa possibilidade:

Para as classes médias que deram suporte ao golpe nas marchas de São Paulo e do Rio, e nas ruas de Belo Horizonte, havia uma motivação adicional para apoiar o golpe: o medo de cubanização do Brasil. Esse é um mito que ficou. Insisto: nada mais fantasioso do que supor que o Brasil pudesse virar uma Cuba, ou que a esquerda, em 1963-64, estivesse se armando.

(...) A análise ponderada das reformas de base sugere que elas eram bem menos incendiárias do que Jango, a esquerda e a direita faziam crer. As reformas nem resolviam a crise nem implementariam um regime cubano no Brasil. Mas os pronunciamentos de Goulart passaram a ser frequentes e dramáticos a partir do episódio do estado de sítio, em outubro: sem as reformas, não conseguiria enfrentar as dificuldades, viria a catástrofe...

Era preciso pressionar o Congresso! Um caminho que refletia mais a aflição e a desorientação de um governo, infernizado pelos conflitos e pelos tropeços da economia a curto prazo, do que uma estratégia eficiente e calculada. Gerava mais, muito mais insegurança ainda ao país em crise (Serra, 2014, p. 41 e 88).

Almino Affonso, ex-ministro de Goulart, também responde negativamente e em termos categóricos:

O perigo comunista fora um engendro diabólico, na arte da comunicação, para redefinir a visão cívica das Forças Armadas e alarmar a sociedade criando assim as condições para derrotar o governo constitucional do presidente João Goulart por tudo o que ele significava, no âmbito das liberdades públicas e pela política externa independente, que nos abriam novos horizontes, embora agravassem nossas divergências com os Estados Unidos (Affonso, 2014, p. 624).

De fato, o governo podia não ter elementos comunistas em seus quadros diretivos, mas o mesmo não se poderia afirmar das entidades sindicais que o apoiavam, segundo as palavras do próprio líder marxista Luiz Carlos Prestes:

E se criaram algumas manifestações, com a frase que eu teria dito no Recife: “Não estamos no governo, mas já estamos no poder”. Não disse nada disso. Disse que estávamos exercendo influência no governo, através do sindicato (Moraes;Viana, 1997, p. 215).

Verdade é que a classe média, intoxicada, quando não induzida a erro pela massificante propaganda anticomunista, tinha a percepção de uma irrefreável influência comunista no governo Goulart e, enxergando-se no meio de um tiro-teio ideológico entre a direita e a esquerda, fez sua opção por uma questão de autossobrevivência.

Chiavenato ainda traz um outro prisma, cotejando a relação entre oficiais militares e seus subalternos ao antagonismo da classe média com os trabalhadores, detectado por esse autor naqueles conturbados anos:

Um sentimento pequeno-burguês opunha-se ao governo Goulart e muitos se identificavam nessa estreiteza política. Os militares, por exemplo, refletiam nos quartéis os mesmos receios dos civis da classe média: os oficiais e suboficiais sentiam-se ameaçados hierarquicamente em suas carreiras pelo desejo de ascensão política dos sargentos, cabos e soldados. Sem dúvida, o governo Goulart possibilitou o questionamento de todas as hierarquias, não só as sociais e econômicas (Chiavenato, 2004, p. 44).

No entanto, é crível concluir-se que a classe média não receava a ascensão do proletariado ao seu *status*, mas sim o achatamento econômico que sofreria, somado à perda das liberdades democráticas, na hipótese de implantar-se um regime de linha comunista no país. Era menos uma questão de incompatibilidade entre classes que de sobrevivência de uma delas.

Por outro lado, o insucesso econômico do governo Goulart, evidenciado pela alta inflação e a conseqüente diminuição da capacidade aquisitiva de amplos setores da sociedade, colaborou decisivamente para selar o destino político de sua gestão. Se a situação econômica do país fosse outra, certamente a propaganda anticomunista muito pouco sensibilizaria a classe média, e planos golpistas ficariam bastante comprometidos.

Perpetrado o golpe de 1964, a classe média que lhe dera suporte imaginava um curto período de transição para que fosse retomado o sistema democrático tal qual desenhado pela Carta de 1946, com a manutenção do pleito presidencial marcado para 3 de outubro de 1965, data não alterada pelo Ato Institucional n. 1, de 9 de abril de 1964. A Emenda Constitucional n. 9, de 22 de julho de 1964, ainda prolongou o mandato do presidente-marechal Castello Branco até 31 de janeiro de 1967, prevendo sua sucessão por voto direto junto com as eleições de deputados e senadores prevista para 1966. Todavia, a classe média e outros setores liberais foram surpreendidos ou traídos com a edição do Ato Institucional n. 2, de 27 de outubro de 1965, que, entre outras arbitrariedades, tornou indireto o

pleito para presidente e vice-presidente da República (voto da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional) e extinguiu os partidos políticos.

Sobre isso, o testemunho do jurista Ives Gandra da Silva Martins, que auxiliou na organização da marcha paulistana de 19 de março de 1964 e era presidente do diretório municipal do PL, muito bem retrata esse sentimento de engodo:

(...) a nossa posição a ser levada ao diretório nacional [do PL] era de que a queda de um presidente regularmente eleito só se justificava pela tentativa de golpe que pretendeu impor ao país o regime sindical e que o regime de exceção, que se instalava, deveria ser provisório, com convocação de eleições de imediato (Martins, 2011, p. 268).

A edição do Ato Institucional n. 2 tirou de Ives Gandra toda a ilusão de que, por meio da política partidária, pudesse fazer algo pelo país (Martins, 2011, p. 268).

A brutalidade política e física do governo ditatorial não passaria ao largo do juízo reprovador da classe média paulistana nos anos seguintes: quase num exercício de *mea culpa*, sufragaria crescentemente os candidatos e a legenda do MDB a partir das eleições parlamentares de 1974, dando sua parcela de contribuição para consolidar a cidade de São Paulo como um dos principais centros de oposição ao regime militar.

## 5 A DERRADEIRA ELEIÇÃO PARA A PREFEITURA DE SÃO PAULO

A eleição de 21 de março de 1965 para prefeito de São Paulo apresentou algumas particularidades. Seria o último pleito pelo voto direto para esse cargo nos vinte anos seguintes e marcaria a derradeira participação do múltiplo quadro partidário que existia na cidade antes de sua abrupta extinção, que ocorreria sete meses depois.

No final de dezembro de 1964, porém, rumores originados da ala mais radical do regime militar, depois denominada “linha dura”, disseminaram a possibilidade do adiamento ou até do cancelamento das eleições para as prefeituras das capitais. Em São Paulo, para afastar a incerteza que rondava o pleito na capital paulista, o presidente do TRE-SP, desembargador Fernando Euler Bueno, confirmou sua realização em esclarecimento proferido na sessão plenária da corte de 30 de dezembro, bem como em entrevista dada à imprensa dias depois (Bauab, 2012, p. 473). Eram os primeiros sinais do recrudescimento da já delicada situação política nacional.

E o grande personagem daquela eleição não podia participar diretamente dela: Jânio Quadros, uma das primeiras vítimas da ditadura, estava com seus direitos políticos suspensos desde abril de 1964.

Após haver renunciado à Presidência da República em 25 de agosto de 1961, Jânio tentava reconstruir sua carreira de homem público. Disputara, em 1962, o governo paulista perdendo para seu histórico adversário, Adhemar de Barros, mas na capital ficara em primeiro lugar e, se não estivesse excluído do tabuleiro eleitoral, o cargo de prefeito de São Paulo teria significado a retomada de sua trajetória política naquele momento

Mas as hostes janistas ofereceriam um outro nome para participar daquela contenda e, assim, valer-se do prestígio em votos de seu líder: o brigadeiro José Vicente de Faria Lima.

Quando governador, Jânio trouxe, em 1955, Faria Lima para sua administração a fim de presidir a Viação Aérea de São Paulo (VASP) e, no ano seguinte, nomeou-o secretário de Estado de Viação e Obras Públicas, cargo no qual foi mantido pelo sucessor, Carvalho Pinto, eleito com o voto janista. No curto período presidencial de Jânio, Faria Lima dirigiu o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e, nas eleições de 1962, concorreu ao seu lado na chapa formada pelo PTN-MTR. Candidato a vice-governador, Faria Lima ficou em segundo lugar, perdendo para Laudo Natel, do PR (a propósito, naquela época, os candidatos a vice-presidente, vice-governador e vice-prefeito recebiam votações independentemente das destinadas aos postulantes titulares aos quais eventualmente estivessem ligados, permitindo-se até o lançamento de candidaturas a vice avulsas).

O MTR de Faria Lima coligou-se com o PR, que apresentou o deputado estadual Leôncio Ferraz Júnior como candidato a vice. A princípio, a sigla republicana pretendia lançar Laudo mas desistira desse intento, antevendo a força irrefreável da candidatura janista. Então, foi o vice-governador convidado a concorrer pelo PL, recebendo o apoio de Freitas Nobre, vice-prefeito de São Paulo à época.

O adhemarismo fez-se presente lançando, pela chapa PSP-PSD, Auro Soares de Moura Andrade. Senador em segundo mandato, Moura Andrade, na condição de presidente do Congresso Nacional, havia declarado vaga a Presidência da República na sessão extraordinária realizada na madrugada de 2 de abril de 1964, formalizando, dessa forma, o golpe de estado contra João Goulart.

A UDN, por força do deputado estadual Roberto Costa de Abreu Sodré, seu presidente regional, se encaminhava para a candidatura de Faria Lima. Contudo, por pressão de Julio de Mesquita Filho, diretor-proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, acabou lançando como candidato o empresário Paulo Egydio Martins. Doutor Julinho, como era conhecido, queria que essa candidatura se tornasse uma tribuna em defesa das ideias do regime militar, que ele e seu jornal ainda apoiavam naquela conjuntura. A imposição do nome de Paulo Egydio não foi facilmente assimilada: não tardou que o deputado federal Nicolau Tuma, escolhido em convenção para disputar o cargo de vice-prefeito, renunciasse à postulação.

Pela coligação PDC-PSB foi lançado o deputado federal André Franco Montoro, que havia sido ministro do Trabalho e da Previdência Social no gabinete parlamentarista de Tancredo Neves. Ainda participaram daquele pleito como candidatos a prefeito: o senador Juvenal Lino de Mattos (PTN-PTB), e os deputados estaduais Pedro Geraldo Costa (PST) e Januário Mantelli Neto (PRT).

Para vice-prefeito, além de Leôncio Ferraz Júnior, concorreram: o deputado estadual Mário Telles (PL); os vereadores Manoel Figueiredo Ferraz (PSP-PSD-PTB), David Lerer (PSB) e Mário Osassa (PRT); José Ferreira Alves Cyrillo (PRP), antigo integralista que exercera por duas vezes o mandato de vereador (1936-1937 e 1948-1951); e Renato Ferrari (PDC).

Durante a campanha, Jânio, exercitando seus notórios pendores teatrais, apresentou-se publicamente, em algumas ocasiões, com uma mordança para aumentar o impacto provocado pela punição que sofrera da ditadura militar. Com esse gesto, o mestre da *mise-en-scène* política não só aumentou a solidariedade à sua pessoa como conseguiu convertê-la em mais votos à chapa que tinha seu apoio.

Faria Lima, por sua vez, não se via de forma alguma embaraçado quando invocava, em seu benefício, uma figura ojerizada pela ditadura, e não deixou de fazê-lo no discurso de encerramento de sua campanha eleitoral, proferido na noite de 18 de março de 1965, no Teatro Paramount:

(...) Acredito no regime representativo, no soberano império das leis, ditadas pela vontade das maiorias, conscientes e livres.

Esta, aliás, é a filosofia do **movimento de 22 de março**, a que emprestei todo o meu esforço e dedicação, nos melhores anos de minha vida, e com a qual a minha candidatura se identifica (grifo nosso).

Mencionando o movimento de 22 de março, Faria Lima se referia à data da primeira eleição à Prefeitura de São Paulo após a ditadura de Getúlio Vargas, ocorrida em 1953 e vencida retumbantemente pelo jovem deputado estadual Jânio Quadros contra Francisco Cardoso, candidato do governador Lucas Nogueira Garcez e apoiado por uma coligação de seis partidos, incluindo o PSP, o PSD e a UDN. Era a primeira grande vitória contra o adhemarismo, até então hegemônico na política paulista.

No mesmo discurso, o brigadeiro ainda disse:

Sou um candidato a prefeito, com um programa a executar. Servi aos dois maiores governos de São Paulo – de Jânio Quadros e de Carvalho Pinto, que renovaram os costumes político-administrativos do estado, e marcaram uma época.

E, como se esperava desde o início, a mobilização janista proporcionou uma vitória consagrada à chapa Faria Lima – Leôncio Ferraz Júnior. Eis os resultados:

Para prefeito:

- 1º) Faria Lima (MTR-PR) – 463.364 votos
- 2º) Laudo Natel (PL) – 188.737 votos
- 3º) Moura Andrade (PSP-PSD) – 126.822 votos
- 4º) Pedro Geraldo Costa (PST) – 94.039 votos
- 5º) Paulo Egydio (UDN) – 89.546 votos
- 6º) Franco Montoro (PDC-PSB) – 52.026 votos
- 7º) Lino de Mattos (PTN-PTB) – 34.950 votos
- 8º) Mantelli Neto (PRT) – 17.886 votos

Para vice-prefeito:

- 1º) Leôncio Ferraz Júnior (PR-MTR) – 310.889 votos
- 2º) Mário Telles (PL) – 184.512 votos
- 3º) Manoel Figueiredo Ferraz (PSP-PSD-PST) – 158.391 votos
- 4º) David Lerer (PSB) – 108.280 votos
- 5º) Renato Ferrari (PDC) – 70.896 votos
- 6º) Mário Osassa (PRT) – 45.992 votos
- 7º) José Cyrillo (PRP) – 30.021 votos

Sucedendo Prestes Maia, gravemente enfermo e que viria a falecer pouco depois, Faria Lima assumiu o cargo de prefeito de São Paulo em 8 de abril de 1965 e logo adquiriria luz própria no proscênio político da cidade e do estado.

## 6 A IMPOSIÇÃO DO BIPARTIDARISMO E A PARTICIPAÇÃO DOS VEREADORES PAULISTANOS NOS PLEITOS ESTADUAL E FEDERAL DE 1966

A autocracia militar brasileira tolerou o sistema partidário estabelecido desde 1945 por pouco tempo. Logo se viu contrariada no Congresso Nacional quando muitos parlamentares da UDN e do PSD passaram a aumentar o coro da quase totalidade do PTB contra propostas de emendas constitucionais apresentadas pelo presidente Castello Branco.

Porém, o ponto culminante desse desagrado emergiu dos resultados das eleições de 3 de outubro de 1965 para governador e vice-governador em onze estados da Federação<sup>16</sup>. A UDN, tida como o mais forte sustentáculo partidário do regime, sofreu grande derrota, particularmente nos estados da Guanabara e de Minas Gerais, cujos governadores eleitos pelo PSD eram políticos muito próximos ao ex-presidente Juscelino Kubitschek, punido em 1964 com a cassação de seu mandato de senador por Goiás e com a suspensão de seus direitos políticos por dez anos<sup>17</sup>. Antevendo essas duas derrotas, a “linha dura” dos militares chegou a propor a suspensão do processo eleitoral e não titubeou em interpretar o insucesso da UDN como uma derrota do movimento de 1964.

Estava dado o pretexto para aprofundar-se mais ainda a radicalização política, o que veio pelo Ato Institucional n. 2, de 27/10/1965, mais amplo e perverso em seus propósitos do que o anterior ao estabelecer, entre outras coisas: a eleição indireta para presidente e vice-presidente da República; a simplificação do processo de reforma constitucional em benefício do Poder Executivo; a prerrogativa de o presidente da República decretar diretamente o estado de sítio no país, a intervenção federal nos estados e o recesso dos parlamentos em nível federal, estadual e municipal; a exclusão da apreciação judicial de atos praticados pela ditadura; e a reafirmação da possibilidade de serem suspensos os direitos políticos de quaisquer cidadãos por um decênio, bem como de serem cassados mandatos legislativos federais, estaduais e municipais.

O AI-2 também foi o instrumento de retaliação do regime militar contra o sistema partidário posto: o art. 18, *caput*, extinguiu todas as agremiações políticas,

16 Por força da Emenda Constitucional n.13, de 8/4/1965, art. 4º, *caput*, as eleições ocorreram em Alagoas, Goiás, Guanabara, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Norte e Santa Catarina, exigida a maioria absoluta de votos, excluídos os em branco e os nulos (art.2º), regra prevista pela EC n.9, de 22/7/1964, para a eleição presidencial. Contudo, o pleito direto para governador seria extinto pelo AI-3, de 5/2/1966, e as eleições faltantes se dariam em 1966 pelo voto indireto (maioria absoluta dos membros das respectivas Assembleias Legislativas).

17 Na Guanabara, Negrão de Lima derrotara Flecha Ribeiro, ex-secretário da Educação do governo Carlos Lacerda, e, em Minas Gerais, Israel Pinheiro vencera Roberto Resende, ex-secretário da Agricultura do governador Magalhães Pinto.

declarando cancelados os respectivos registros. Pouco antes, o governo fizera aprovar a Lei Orgânica dos Partidos Políticos pela qual tentava diminuir o número de agremiações ao fixar que a existência de cada qual estaria condicionada à verificação de, pelo menos, 3% do eleitorado que tivesse votado na sigla na última eleição geral para a Câmara dos Deputados, distribuídos em onze ou mais estados, com o mínimo de 2% em cada um deles<sup>18</sup>. Com o AI-2, os treze partidos que existiam à época foram impiedosamente aniquilados.

E, usando do poder normativo que o AI-2 lhe concedia, o presidente Castello Branco, coadjuvado pelo seu ministro da Justiça, o ex-udenista Juracy Magalhães, baixou o Ato Complementar n. 4, de 20/11/1965, para dar configuração a um novo sistema partidário no país. Segundo seu art. 1º, as novas organizações com atribuições de partidos políticos tinham de ser criadas em 45 dias a contar da publicação daquele AC<sup>19</sup>, a partir da iniciativa de membros efetivos do Congresso Nacional, em número não inferior a 120 deputados e 20 senadores.

Essa regra mostrou-se muito engenhosa para ditar o perfil bipartidário que a ditadura almejava, um partido situacionista e outro opositor. Embora a Câmara de Deputados fosse, àquela altura, composta de 404 representantes<sup>20</sup> e, assim, houvesse, a princípio, certa folga para a formação de até três blocos observando-se o quantitativo mínimo fixado, a mesma facilidade não se repetia no plenário do Senado Federal que tinha 66 membros (3 para cada um dos 22 estados então existentes), em face de um prazo exíguo durante o qual os parlamentares teriam de superar divergências políticas que os faziam dividir-se entre treze siglas para unirem forças em novas agremiações. Ademais, os nomes, siglas, legendas e símbolos dos partidos extintos não podiam ser usados para designar as organizações que seriam criadas, nem utilizados para fins de propaganda escrita ou falada<sup>21</sup>. Fazia-se, portanto, *tabula rasa* do sistema anterior para impor outro, artificial.

Surgiram, desse modo, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), braço partidário do governo ditatorial, constituído com base na estrutura da extinta UDN, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), a cujos quadros grande parcela de petebistas se filiou. E boa parte do espólio do antigo PSD acabou sendo incorporado pela Arena, que, com isso, se beneficiou bastante da principal máquina eleitoral montada no Brasil pós-Estado Novo.

18 Lei n.4.740 de 15/7/1965, art.7º.

19 Esse prazo seria dilatado até 15 de março de 1966 pelo AC n.6, de 3/1/1966.

20 Conforme a Lei n.4.095, de 17/7/1962, que ainda fixou o número de deputados federais por estados e territórios.

21 AC n.4, de 20/11/1965, art.13.

A legislação autoritária igualmente deu resposta ao problema da acomodação de adversários políticos sob a mesma agremiação: o instituto da sublegenda, fração partidária que permitia o lançamento de candidaturas alternativas. Isso “permitia que as lideranças dos antigos partidos como UDN e PSD, agora na Arena, pudessem disputar os votos dos eleitores em cada município, especialmente nas eleições para prefeito” (Grinberg, 2009, p. 63-64).

No Estado de São Paulo, porém, tanto a criação da Arena como do MDB tomaram contornos particulares.

Houve, de início, um intenso trabalho nos bastidores políticos para que a chefia da Arena paulista fosse entregue aos udenistas, mas esse intento malogrou diante da reação dos políticos do velho PSP que diziam que a única máquina eleitoral que sobrara da liquidação dos antigos partidos era a sua, especialmente no interior. E tal assertiva, ao contrário de ser uma fala de jactância, encerrava uma constatação irrefutável: Adhemar de Barros, entre 1947 e 1966, havia sido governador do estado por duas vezes e ainda prefeito da capital, montando, em território paulista, um aparato não suplantado por udenistas e pessedistas.

Em junho de 1966, Adhemar, em pleno exercício de seu segundo mandato de governador, foi cassado pelo regime militar, mas esse fato não foi impeditivo de que um acordo de convivências fosse selado entre o governo Castello Branco e pessepistas, cabendo ao deputado federal Arnaldo Cerdeira, ex-secretário da Agricultura do velho cacique populista, liderar a organização da sigla arenista no Estado de São Paulo. A pessepização da Arena paulista ficou muito bem evidenciada com a adesão unânime das bancadas federal e estadual ao novo partido, feito que os antigos udenistas de São Paulo não conseguiram repetir nas mesmas proporções. Não deixaram, a propósito, de subscrever essa filiação os deputados federais Antônio Mendes de Barros e Geraldo Pereira de Barros, respectivamente filho e irmão de Adhemar<sup>22</sup>.

Além do engajamento maciço dos deputados federais e estaduais do PSP e da UDN, a Arena paulista conseguiu cooptar, salvo um ou outro caso, as maiorias das bancadas federais e estaduais das demais siglas constituídas no estado.

Já o MDB de São Paulo, discrepando da tendência verificada em outras unidades da Federação, recebeu um apoio muito decepcionante dos antigos petebistas, pois quase a totalidade de suas bancadas federal e estadual se incorporou ao partido governista. Deram-lhe musculatura janistas abrigados em diferentes legendas, principalmente no PTN e MTR, e alguns proeminentes democratas

<sup>22</sup> Já Adhemar de Barros Filho se elegeu deputado federal pela sigla do MDB, no pleito de 15 de novembro de 1966, indo para a Arena em 1968.

cristãos, como Franco Montoro, e pessedistas, como Ranieri Mazzilli e Ulysses Guimarães.

Na Câmara Municipal de São Paulo, a redivisão partidária não foi diferente: sólida prevalência da Arena sobre o MDB revelada por 27 cadeiras contra 18, sendo que as duas maiores bancadas eleitas em 1963, do PSP e da UDN, se integraram em peso à sigla do regime militar, com apenas uma defecção udenista.

Nome a nome, assim ficou a nova composição partidária do Legislativo paulistano:

Arena

1. Agenor Mônaco
2. Américo Sugai
3. Anna Lamberg Zéglio
4. Antônio Sampaio
5. Armando Simões Netto
6. Aurelino de Andrade
7. Benedicto Rocha
8. Brasil Vita
9. Dulce Salles Cunha Braga
10. Manoel Figueiredo Ferraz
11. Francisco Batista
12. Francisco Moraes
13. Hélio Mendonça
14. Jayme Rodrigues
15. João De Luca<sup>23</sup>
16. João Lemos
17. José Maria Marin
18. Luiz Domingues de Castro
19. Marcos Kertzmann
20. Marcos Mélega
21. Mário Osassa
22. Mauro Ernani Costa
23. Monteiro de Carvalho
24. Nazir Miguel
25. Pereira Barreto
26. Raul Tabajara
27. Sebastião Laet

---

23 João De Luca faleceria em 10 de junho de 1966, ocupando seu lugar Renato Canto Pereira, também filiado à Arena.

MDB

1. Alex Freua Netto
2. Ary Silva
3. David Lerer
4. Emílio Meneghini
5. Ermano Marchetti
6. Fausto Tomaz de Lima
7. Geraldino dos Santos
8. Gioia Júnior
9. Hélio Dejtiar
10. Laércio Corte
11. Luiz Gonzaga Pereira
12. José Diniz
13. Juvenal Locatelli
14. Molina Júnior
15. Odon Pereira da Silva
16. Paulo Soares Cintra
17. Scalamandrê Júnior
18. Urbano Reis

O bipartidarismo arquitetado pela ditadura seria pela primeira vez colocado em prática nas eleições legislativas de 15 de novembro de 1966, não sem antes, porém, ser executado outro ato de brutalidade política.

Em 12 de outubro de 1966, com base nos poderes ilegítimos conferidos pelo AI-2, Castello Branco cassou os mandatos de seis deputados federais e, numa tentativa de reafirmar a autonomia do Poder Legislativo, o presidente da Câmara dos Deputados, Adauto Lúcio Cardoso, da Arena da Guanabara, não aceitando de modo subserviente as cassações, resolveu submetê-las ao trâmite regimental, tentando encaminhá-las para a apreciação da Comissão de Constituição e Justiça e do plenário daquela casa parlamentar. Tal atitude enfureceu o déspota fardado, que, por ato complementar, decretou o recesso do Congresso Nacional, de 20 de outubro até 22 de novembro de 1966, e ainda determinou a invasão da sede do Legislativo por tropas de choque para obrigar os parlamentares que lá se encontravam a se retirarem. Mesmo com o Congresso Nacional fechado, ocorreram as eleições parlamentares, num clima de indisfarçável tolhimento das liberdades democráticas.

Dos 45 vereadores paulistanos, 36 participaram da disputa eleitoral, em sua expressiva maioria para deputado estadual, com 31 candidaturas. Apenas cinco vereadores se arriscaram a concorrer para a Câmara dos Deputados.

A Arena paulista fez 32 deputados federais e 62 deputados estaduais; o MDB paulista, 27 deputados federais e 53 deputados estaduais.

Dez vereadores que disputaram pelo MDB elegeram-se deputados estaduais:

Alex Freua Netto  
Ary Silva  
Emílio Meneghini  
Fausto Tomaz de Lima  
Geraldino dos Santos  
Gioia Júnior  
Hélio Dejtjar  
Laércio Corte  
Molina Júnior  
Urbano Reis

Entre os 144 suplentes emedebistas, Scalamandrê Júnior ficou em 2º lugar e José Diniz em 44º lugar.

Pela Arena, apenas Dulce Salles Cunha Braga obteve sucesso e, entre os 130 suplentes do partido, estas foram as posições dos vereadores que concorreram à Assembleia Legislativa: 3ª – Hélio Mendonça; 9ª – José Maria Marin; 20ª – Aurelino de Andrade; 23ª – Sebastião Laet; 27ª – Américo Sugai; 29ª – Monteiro de Carvalho; 31ª – Benedicto Rocha; 40ª – Armando Simões Netto; 45ª – Brasil Vita; 48ª – Marcos Mélega; 58ª – Agenor Mônaco; 63ª – Francisco Batista; 64ª – Mário Osassa; 76ª – Reinaldo Canto Pereira; 85ª – Anna Lamberga Zéglio; 92ª – Raul Tabajara; 102ª – Francisco Moraes; 109ª – Luiz Domingues de Castro.

Para deputado federal, elegeram-se os vereadores Nazir Miguel e Marcos Kertzmann, pela Arena, e David Lerer, pelo MDB. Os vereadores João Lemos e Mauro Ernani Costa ocuparam, respectivamente, a 17ª e 25ª posições na lista dos 50 suplentes de deputados federal da Arena.

Com a eleição de 14 vereadores para os Legislativos estadual e federal, o Palacete Prates recebeu, em 1967, novos ocupantes para as cadeiras que vagaram: pela Arena, Alfredo Martins, Eduardo de Souza Queiroz, Naylor Teles de Oliveira e Tibiriçá Botelho Filho; pelo MDB, Alfredo Monetti, Bernardo Fonseca de Carvalho, Emílio Manso Vieira, Francisco Mariani Guariba, Jarbas Tupinambá de Oliveira, João Carlos de Souza Meirelles, Luiz Gonzaga Ferreira, Nelson Proença Guimarães, Osvaldo Giralde e Sebastião Marcondes da Silva. Também assumiu um assento o padre arenista Orlando Garcia da Silveira, no lugar de Hélio Men-

donça, logo chamado para a Assembleia Legislativa<sup>24</sup>.

Paradoxalmente, a saída dos vereadores vitoriosos do MDB para exercerem suas novas funções ampliou um pouco mais a vantagem numérica da Arena na Câmara Municipal graças à posse de alguns suplentes que já estavam filiados ao partido. E a bancada ainda receberia mais reforços quando parlamentares emedebistas ligados a Faria Lima acompanharam o prefeito em seu ingresso na agremiação apoiadora do regime militar<sup>25</sup>.

A dicotomia Arena-MDB se manteria até final de 1979, ocasião em que ambas as siglas foram extintas por lei como ato preparatório da volta do pluripartidarismo no cenário de início da redemocratização do país.

E, se não tivessem bastado as cassações e o fechamento do Congresso Nacional em outubro, a ditadura tinha reservado para dezembro o cometimento de uma anomalia jurídica inclassificável à luz de qualquer doutrina constitucionalista: a convocação extraordinária; por ato institucional, do Congresso Nacional para reunir-se de 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967, com o objetivo de discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo presidente da República<sup>26</sup>.

Nem seriam os eleitos em 15 de novembro de 1966 os incumbidos de apreciarem o texto constitucional apresentado pela ditadura: coube tal missão a um Congresso Nacional eleito em 3 de outubro de 1962 sem poderes constituintes originários e em final de legislatura, com muitos de seus membros cassados, e acuado pela possibilidade de outras cassações sob o manto do AI-2. E a promulgação da nova Constituição deu-se no último dia da convocação extraordinária ditada pelos militares, 24 de janeiro de 1967.

---

24 Ainda em 1967, o suplente Leonardo Mônaco, pelo MDB, substituiu Ermano Marchetti, falecido em 8 de julho do mesmo ano, e exerceu o mandato até junho de 1968, quando tomou posse como deputado federal, já pela Arena. Coube ao emedebista Leão Tchakerian terminar aquela legislatura. Outros dois suplentes, Egydio João Serrano Martin e Ruy Oswaldo Codo, embora habilitados a assumirem a vereança, não o fizeram porquanto haviam sido eleitos deputados estaduais pelo MDB no pleito de 1966. A propósito, a chamada dos suplentes seguia a ordem de votação dos partidos pelos quais haviam originalmente concorrido em 1963.

25 Vereadores limistas que se filiaram à Arena: Luiz Gonzaga Ferreira, João Carlos Meirelles e Paulo Soares Cintra, o qual, enquanto esteve no desempenho do cargo de secretário municipal do Bem-Estar Social, foi substituído no Legislativo pelo também arenista Sender Fichiman.

26 Ato Institucional n.4, de 7/12/1966.

## 7 A ELEIÇÃO MUNICIPAL NO OLHO DO FURACÃO DE 1968

Os mandatos eletivos municipais obtidos nas urnas de 1963, com duração a princípio de quatro anos, foram prorrogados até 31 de janeiro de 1969 por ato do regime militar, que também fixou a data de 15 de novembro de 1968 para as respectivas eleições<sup>27</sup>.

E se a democracia permitida pelos déspotas fardados vinha progressivamente se debilitando, em São Paulo lhe fora desferido um rude golpe: por força de mandamento constitucional, a Câmara Municipal perderia, para a legislatura seguinte, mais da metade de suas cadeiras, reduzindo-se de 45 para 21 lugares<sup>28</sup>.

Porém, o impacto da anunciada mutilação do parlamento paulistano ficaria relegado a plano secundário diante dos tormentosos acontecimentos reservados para 1968, tanto no âmbito da capital paulista como no cenário nacional. A turbulência daquele ano, aliás, estava disseminada em todo o mundo, por diferentes razões: dos Estados Unidos ao Japão, passando pela Europa.

Na noite de 28 de março de 1968, no Rio de Janeiro, uma tropa da Polícia Militar atacou estudantes que participavam de uma manifestação por melhores condições para o restaurante do Calabouço, tido pela ditadura como um núcleo de agitadores. Os jovens reagiram e o estudante Edson Luís de Lima Souto acabou sendo mortalmente alvejado.

Uma semana antes, São Paulo testemunhara a explosão de uma bomba no consulado norte-americano, ferindo três pessoas, numa ação cometida por militantes de Carlos Marighella, que se afastara do PCB para iniciar uma reação armada ao regime militar. Pouco depois, com a participação desse grupo e sob a liderança de José Ibraim, seria arquitetado e executado outro plano protagonizado por metalúrgicos de Osasco, com forte impacto nos meios políticos de São Paulo.

Com a presença do governador Abreu Sodré, foi organizado um grande comício de Primeiro de Maio na Praça da Sé, ato eficazmente sabotado logo no seu início. Os primeiros oradores tiveram suas falas abafadas por prolongados apupos e, quando Sodré começou a discursar, o sistema de som falhou. Ato contínuo, foram arremessados para o palanque pedras, paus e ovos e uma batata cra-

27 Ato Complementar n.37, de 14/3/1967, art.1º.

28 Constituição Federal de 1967, art.16, parágrafo 5º: "O número de vereadores será, no máximo, de vinte e um, guardando-se proporcionalidade com o eleitorado do Município". E a Lei Estadual n.9.842, de 19/9/1967, que dispunha sobre a organização dos municípios paulistas, fixou esse número máximo de edis para as cidades com mais de um milhão de eleitores (art.8º, inc.VIII).

vejada acertou a cabeça do governador, provocando-lhe sangramento, imagem registrada por câmeras fotográficas da imprensa escrita. O estrado no qual se encontravam as autoridades e líderes sindicalistas foi invadido e, ato contínuo, incendiado, e o evento que era para ser uma celebração trabalhista organizada pelo Movimento Intersindical Anti-Arrocho (MIA), criação do PCB e apoiada pelo governo, terminou em corre-corre.

A agitação marcava presença nos dois maiores centros do país. Em 21 de junho, a sucessão de confrontos entre estudantes e forças policiais no Rio encontrou seu auge, com quatro manifestantes mortos e mais de vinte feridos. A virulência cometida pelos agentes estatais deu ensejo a um gigantesco protesto cinco dias depois, a “Passeata dos Cem Mil”, da qual participaram artistas, políticos, trabalhadores e estudantes.

Em São Paulo, na noite de 23 de junho, um domingo, estudantes da tradicional Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) ocuparam o prédio da instituição situado no Largo de São Francisco, motivados por duplo motivo: protestar contra a violenta repressão aos manifestantes estudantis no Rio e reivindicar a reforma do curso jurídico ministrado, que consideravam anacrônico, e da própria estrutura universitária do país. A “Tomada da Faculdade”, como ficou conhecido aquele episódio, durou vinte e seis dias e terminou com a invasão da tropa de choque da Força Pública, derrubando a parede de tijolos colocada na entrada do edifício, enquanto os estudantes cantavam o Hino Nacional e hasteavam a bandeira brasileira na sacada voltada para o largo. Cerca de quarenta alunos acabaram presos. A invasão policial baseara-se numa decisão liminar dada em ação de reintegração de posse ajuizada pela diretoria da própria faculdade.

Ainda na capital paulista, na madrugada de 26 de junho, menos de 48 horas depois de um ataque ao hospital militar do Cambuci resultando no roubo de armas do corpo da guarda lá existente, uma ousadíssima ação bélica foi endereçada ao quartel-general do II Exército, no Ibirapuera. Oito pessoas dividiam-se entre uma camionete e três fuscas a caminho daquela caserna. Já bem próximos do destino, os veículos menores pararam e a camionete, carregada de explosivos, prosseguiu, nesse momento sem motorista e, com seu acelerador ligado a um dispositivo mecânico, rumou para chocar-se contra o portão do quartel, mas acabou se desgovernando e batendo num poste. O soldado Mário Kozel Filho, um jovem de 18 anos que estava de prontidão, foi inspecionar o veículo quando se deu a explosão. O sentinela morreu e outros seis militares ficaram feridos.

E não eram apenas as facções da esquerda armada que levaram a cabo ações de tensão na cidade de São Paulo.

Na noite de 27 de julho, o Comando de Caça aos Comunistas (CCC) atacou o Teatro Ruth Escobar, no qual se encenava o espetáculo *Roda-Viva*, de autoria de Chico Buarque de Holanda e direção de José Celso Martinez Corrêa. Após o término da sessão, os camarins foram invadidos por um grupo municiado de paus e socos-ingleses que coagiu os atores, entre os quais Marília Pêra e Rodrigo Santiago, a irem para frente do prédio do teatro, onde foram agredidos.

O panorama político, por sua vez, estava também submetido a fortes abalos naquele período.

Um desses abalos ocorreu em final de julho: o confinamento do ex-presidente Jânio Quadros na cidade de Corumbá, que então se situava no estado do Mato Grosso, por ordem do ministro da Justiça, Luís Antônio Gama e Silva. A punição, pelo prazo de 120 dias, advinha do fato de Jânio haver desrespeitado a proibição de fazer pronunciamentos políticos dada a suspensão de seus direitos políticos.

A portaria ministerial confinatória estremeceu amplos setores da sociedade paulistana nos quais aquele político ainda desfrutava de grande popularidade. A tentativa de reverter essa medida restritiva de liberdade se frustraria, em início de outubro, com a negação de ordem de *habeas corpus* impetrado perante o Supremo Tribunal Federal<sup>29</sup>.

Outro tremor teve origem na tribuna da Câmara dos Deputados. Em 2 de setembro, o deputado federal Marcio Moreira Alves, do MDB da Guanabara, criticando fortemente uma invasão policial-militar ocorrida na Universidade de Brasília para desbaratar manifestações estudantis, indagou em termos provocativos: “Quando o Exército não será um valhacouto [abrigo] de torturadores?”.

Na sessão do dia seguinte, prosseguiu seu ataque aos militares:

Vem aí o 7 de Setembro. As cúpulas militares procuram explorar o sentimento profundo do povo e pedirão aos colégios que desfilem junto aos alagoes dos estudantes. Seria necessário que cada pai, cada mãe se compenetrasse de que a presença de seus filhos nesse desfile é um auxílio aos carrascos que os espancam e os metralham nas ruas. Portanto, que cada um boicotassem este desfile. Este boicote pode passar também sempre falando de mulheres – às moças, às namoradas, àquelas que dançam com os cadetes e frequentam os jovens oficiais.

29 O castigo imposto a Jânio impressionara tanto o ex-presidente da República Juscelino Kubitschek, que, provocado a falar a respeito de política ao desembarcar no aeroporto de Curitiba, em 9 de novembro de 1968, respondeu que não falaria sobre esse assunto “para não ir passar uns dias em Corumbá”.

Essas manifestações foram, num primeiro momento, praticamente ignoradas pela imprensa, mas não por setores militares, que levaram sua queixa ao presidente da República, marechal Arthur Costa e Silva, por meio de ofício do ministro do Exército, general Lyra Tavares. Costa e Silva determinou então que o ministro Gama e Silva apresentasse um meio para punir o parlamentar. Não tardou que fosse encaminhada uma representação ao STF objetivando a cassação do mandato de Marcio Moreira Alves e a suspensão de seus direitos políticos. Porém, o processamento dessa ação judicial estava condicionado à concessão de licença da Câmara nesse sentido e os meses seguintes seriam marcados por uma crescente tensão que atingiria seu ápice na dramática sessão de 12 de dezembro de 1968 daquele parlamento, quando se deliberaria sobre a polêmica matéria.

Em São Paulo, a violência política alcançou um dos postulantes à Câmara Municipal, José Antônio de Oliveira Laet.

Tenente reformado da Força Aérea Brasileira e mantenedor de obras assistenciais, Oliveira Laet, do MDB, saía, às 14 horas do dia 10 de setembro, de um prédio localizado na Avenida Ipiranga onde estivera para tirar fotografia de fins eleitorais quando foi abruptamente rendido por quatro homens e conduzido para uma perua Willys sem chapa. Um deles teria lhe dito: “Hoje você vai para o CCC”. Levado para um local desconhecido, foi pressionado a admitir que era ligado ao PCB, mas se negou a fazê-lo. Por volta da meia-noite, foi deixado na porta de sua casa, no bairro do Jaçanã. Indignado com a situação sofrida pelo candidato emedebista, o senador Juvenal Lino de Mattos, presidente do diretório estadual do partido, solicitou ao Departamento de Ordem Política e Social (Dops) que investigasse o caso. Todavia, seu pleito foi negado e coube à polícia civil encarregar-se das investigações daquele fato como um crime comum e não político.

Nos dias 2 e 3 de outubro, a Rua Maria Antônia, no bairro de Higienópolis, transformou-se num campo de guerra: pela esquerda, estudantes da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, e, pela direita, alunos da Universidade Mackenzie. Tais entidades ficavam próximas uma da outra na mesma via e não eram incomuns, naquele ano, atritos entre esses grupos ideologicamente extremados. Em 2 de outubro, uspianos resolveram fechar a rua a fim de cobrar pedágio em prol da organização do congresso clandestino da UNE que ocorreria dez dias depois e mackenzistas reagiram a isso, instaurando-se uma pancadaria que se arrefeceu com a chegada da polícia. Na manhã seguinte, porém, o combate foi retomado e de maneira ainda mais virulenta: membros do CCC atacaram com armas de fogo e lançaram coquetéis molotov. O prédio da USP foi incendiado, um estudante morreu e muitas pessoas ficaram feridas.

Toda essa situação não foi suficiente para cancelar o banquete com quase duas mil pessoas organizado na cidade pelo deputado federal Arnaldo Cerdeira, presidente da Arena paulista, em comemoração do aniversário de Costa e Silva, na noite de 3 de outubro. No ambiente onde se encontravam os comensais, entre eles Abreu Sodré e Carvalho Pinto, o aniversariante foi recepcionado ao som de “Carolina” de Chico Buarque, tocado por um organista cego. O ambiente festivo não impediu, no entanto, o tom ameaçador do discurso proferido pelo homenageado:

Aos saudosistas das bacanais da desordem e da corrupção; aos apátridas e quinta-colunas do comunismo, queremos deixar bem claro que a Revolução não está finda, nem morta, nem ab-rogada; ela está viva, em plena vigência e continua intacta nos ideais e princípios que a motivaram e que a sustentam ainda.

Parecia que ele estava predizendo a barbárie da qual seria o grande responsável pouco mais de dois meses depois.

A certa altura, um arenista mais entusiasmado gritou “viva o gaúcho paulista”, sem, todavia, carrear vozes para seu brado.

O deputado Arnaldo Cerdeira discursou e entregou ao mandatário festejado uma placa de ouro em nome da seção paulista da Arena. A ironia é que esse parlamentar, a despeito de tanta bajulação implementada sob seus auspícios, não conseguiria evitar a própria cassação, um ano depois. E o banquete foi encerrado tendo como fundo musical “A Banda”, também de Chico Buarque.

Em 12 de outubro, o congresso da UNE num sítio na cidade de Ibiúna, próxima à capital, frustrou-se estrondosamente, com a prisão de centenas de estudantes. Enquanto isso, em São Paulo, a esquerda armada providenciou a eliminação física do capitão Charles Rodney Chandler, veterano da Guerra do Vietnã e tido como espião da *Central Intelligence Agency* (CIA). Dias depois, era assassinado também na cidade o major alemão Von Westernhagen, confundido com o oficial que capturara o líder guerrilheiro Che Guevara.

No final daquele mês, após reunião do presidente Costa e Silva com o alto comando militar, duas hipóteses já eram aventadas para recrudescer-se ainda mais o regime no combate aos focos de agitação estudantil e aos grupos da esquerda armada: a decretação do estado de sítio ou a edição de um novo Ato Institucional, cujo esboço teria sido entregue ao marechal na ocasião<sup>30</sup>.

30 O Estado de S. Paulo de 29/10/1968, p.5.

Como contraponto às ações truculentas que pululavam de um lado e de outro do radicalismo ideológico e que incluíam atentados, explosões de bombas e assaltos a banco para financiamento dos agrupamentos beligerantes (Gaspari, 2002, p. 327-328)<sup>31</sup>, a população paulistana vivenciou a amenidade da visita da realeza inglesa, após sua passagem por Recife, Salvador e Brasília.

Em 6 de novembro, a rainha Elizabeth e o príncipe Philip chegaram ao Aeroporto de Congonhas e, no mesmo dia, já cumpriram intensa agenda de compromissos políticos: desfile em carro aberto no Vale do Anhangabaú, para delírio de milhares de assistentes; visita ao Monumento do Ipiranga e ao Edifício Itália, nele se encontrando com o prefeito Faria Lima para rápido colóquio; à noite, recepção de 2 mil pessoas e jantar com 128 pessoas no Palácio dos Bandeirantes, sede do governo paulista, com a apresentação dos cantores Wilson Simonal, que interpretou “Garota de Ipanema”, Jair Rodrigues e Elza Soares. No dia seguinte, o casal real inaugurou a sede do Museu de Arte de São Paulo na Avenida Paulista e, ato contínuo, viajou para Campinas, embarcando, no dia 8, no aeroporto de Viracopos rumo ao Aeroporto Santos Dumont no Rio de Janeiro.

A breve estada de Elizabeth e Philip desanuviou a cidade pouco mais de uma semana antes da eleição à Câmara paulistana.

## **8 ARENA E MDB, DISPUTA CADEIRA A CADEIRA, E FARIA LIMA, O ELEMENTO DESEMPATADOR**

Não obstante o tenso clima político verificado no país e, em São Paulo, as ações armadas contra a ditadura militar, Arena e MDB caminhavam para o segundo embate nas urnas desde o estabelecimento do bipartidarismo, o primeiro no âmbito municipal.

E com Jânio Quadros e Adhemar de Barros formalmente neutralizados pelo regime de exceção, uma nova liderança despontava para influenciar o quadro eleitoral paulistano: o prefeito Faria Lima.

Gozando de grande popularidade, erigida em torno de sua eficiência como administrador, Faria Lima movimentava as peças do tabuleiro político antevendo seu futuro quando deixasse a chefia do Executivo, em abril de 1969, e o primeiro passo nesse sentido foi dado com sua filiação, em maio de 1968, à Arena, após haver retardado em mais de dois anos a opção por uma das duas siglas, o que era até compreensível: se logo tivesse optado pela agremiação situacionista, seu ato poderia representar uma traição a Jânio Quadros, o grande eleitor de sua

31 Pelo menos um assalto a banco foi confessado por militante direitista.

vitória nas urnas de março de 1965, e, por consequência, abalar sua popularidade junto à massa janista que votara nele. Por outro lado, escolher o MDB, naquele momento com uma estrutura bem inferior a de seu rival no interior paulista, praticamente lhe tiraria a chance de concorrer com sucesso ao governo estadual pelo voto direto em 1970, perspectiva essa que retornava ao panorama político pela Constituição Federal de janeiro de 1967. E mesmo que a escolha do governador continuasse a se fazer pelo quorum de maioria absoluta dos membros da Assembleia Legislativa, estar nos quadros da Arena, que possuía a maior bancada, credenciaria Faria Lima como forte concorrente à indicação<sup>32</sup>.

Já com luz própria, Faria Lima não se viu constrangido de aproximar-se, para surpresa de correligionários mais inveterados de Jânio, de lideranças adhemaristas, como o vereador Manoel Figueiredo Ferraz, genro de Adhemar, e o deputado federal Adhemar de Barros Filho, que teria, por conta disso, se entusiasmado a trocar o MDB, sigla pela qual se elegera em 1966, pela Arena.

Na virada de outubro para novembro, o prefeito cumpriu uma agenda de visitas a cidades do interior, em favor da campanha de candidatos da Arena nos pleitos locais.

A própria sucessão de Faria Lima já estava na pauta política daqueles dias e havia quem defendesse arduamente sua permanência à frente do Executivo paulistano. O deputado estadual Molina Júnior, levando seus cumprimentos ao aniversariante do Ibirapuera, então sede da Prefeitura, em 7 de outubro, declarou com entusiasmo: “Se for preciso, faremos um plebiscito, para confirmar a vontade do povo, para que Faria Lima fique mais tempo na Prefeitura”.

Mas o próprio Faria Lima vinha desautorizando publicamente a campanha continuísta. No início de outubro, ele já havia manifestado seu ponto de vista:

Meu mandato vai somente até o dia 8 de abril [de 1969]. A Constituição mudou a sistemática. Continuo trabalhando e não quero tratar desse assunto e tenho desaprovado, desaprovo e não concordo com nenhuma iniciativa naquele sentido<sup>33</sup>.

Ele se referia, nessa declaração, à prerrogativa do governador em nomear o

32 A eleição de governador e vice-governador pela maioria absoluta dos deputados estaduais havia sido estabelecida pelo Ato Institucional n.3, de 5/2/1966, e dessa forma, a sucessão estadual de 1966 ocorreu; a Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967 trouxe de volta o pleito para esses cargos pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto (art.13, §2º). Todavia, a Constituição Federal de 17 de outubro de 1969 promoveria nova involução, restabelecendo a escolha por colégio eleitoral constituído pelas Assembleias Legislativas para o pleito de 1970 (art.189).

33 O Estado de S. Paulo de 2/10/1968, p.4.

prefeito da capital, com prévia aprovação da Assembleia Legislativa<sup>34</sup>. Especulava-se que Faria Lima não via com bons olhos sua permanência na Prefeitura por indicação do governador porque o colocava no mesmo patamar de subordinação dos secretários de Estado. Outrossim, seria para cumprir um mandato tampão de dois anos, pouco além do final da gestão do governador Abreu Sodré, sem garantia alguma de que o sucessor dele viesse a indicar o mesmo prefeito.

Enquanto isso, o deputado estadual Mantelli Neto (Arena) iniciava, entre seus colegas, campanha para colher assinaturas em prol de Nelson Pereira, presidente da Assembleia Legislativa, com o propósito de indicá-lo ao governador na sucessão da Prefeitura de São Paulo.

A escolha dos candidatos às eleições municipais de 1968 era incumbência das Comissões Diretoras dos partidos, por força de atos de exceção expedidos pelo regime militar<sup>35</sup>. A não apreciação das chapas pelas convenções partidárias foi objeto de crítica pública pelo vereador Marcos Mélega, dizendo que eram “candidatos não livremente escolhidos pelo povo”. E na indicação do seu nome à reeleição, Mélega viu-se num impasse, recusando-se a pagar uma taxa cobrada pela Arena para o registro da candidatura. Declarando-se impossibilitado de satisfazer a exigência pecuniária, chegou a telegrafar ao presidente Costa e Silva para comunicar-lhe sua desistência de concorrer, mas o problema seria resolvido com o pagamento do valor (mil cruzeiros novos), rateado entre os membros do gabinete executivo regional da Arena.

Na capital, a chapa do MDB contou com 42 candidatos, o número máximo permitido, equivalente ao dobro das cadeiras em disputa. Já a Arena lançou 40 nomes (dois registros haviam sido indeferidos, um por falta de prova de filiação partidária tempestiva e outro por ter sido feito fora do prazo).

E a escolha de um dos candidatos emedebistas bem que poderia ser arrolada no anedotário político: Sidney Carvalho Mills tentara apresentar, sem êxito, sua candidatura à Comissão Executiva, nas duas reuniões realizadas para a composição da lista de postulantes do MDB à Câmara Municipal paulistana. Inconformado, passou a fazer protestos, comparecendo diariamente, de manhã, à sede partidária e dela só saindo à noite. A todos falava da “injustiça” de que havia sido vítima, argumentando que vinha “trabalhando” para eleger-se havia mais de dois anos, e a alguns chegava até a dizer que estava disposto a por fim à própria vida caso não fosse candidato. Ocorrida uma desistência, o partido finalmente resol-

34 Constituição Federal de 1967, art.16, §1º, a.

35 Atos Complementares n.7, de 31 de janeiro de 1966, art.3º, parágrafo único, e n.29, de 26/12/1966, art.3º, caput.

veu indicá-lo. Contudo, tanto esforço seria em vão: sua votação garantir-lhe-ia a 38ª posição entre os 42 candidatos do partido.

A propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão começou em 14 de outubro para encerrar-se um mês depois. Os horários destinados ao MDB eram apresentados por deputados estaduais e federais da agremiação, que não pestanejaram em atacar o governo Costa e Silva, apresentado como uma ditadura, e a gestão Abreu Sodré. No entanto, candidatos a vereador se sentiram preteridos nessa forma de apresentação e se queixaram à direção estadual do partido que, uma semana depois, decidiu que os parlamentares apresentadores deveriam limitar-se à divulgação dos currículos dos postulantes para, na sequência, passar-lhes a palavra. A Arena, por sua vez, resolveu aderir ao mesmo modo de apresentação adotada pelo seu adversário, escalando, como apresentadores, os deputados estaduais Hélio Mendonça e Salvador Julianelli e o poeta Lima Neto, entre outros.

O vereador arenista Monteiro de Carvalho, que não concorria à reeleição, criticou os programas eleitorais, qualificando-os de espetáculos deploráveis: “Alguns municípios mantêm ligados os aparelhos para se divertir, como se divertem com o programa do Chacrinha”. E o parlamentar ainda alertava para o fato de que a maioria dos candidatos da Arena não se identificava como pertencente ao partido e alguns ainda atacavam o governo militar.

O artificialismo que estava no cerne da criação do sistema bipartidário traduzia-se na heterogeneidade das correntes políticas que ambas as siglas abrigavam. Eram mais frentes do que partidos e as manifestações de quebra de fidelidade partidária multiplicavam-se na campanha eleitoral paulistana.

Candidatos emedebistas teciam elogios públicos à administração arenista de Faria Lima, levando alguns deputados federais da legenda oposicionista a exigir da direção partidária uma fiscalização rigorosa sob pena de cassação dos registros daqueles candidatos simpáticos ao prefeito.

Na seara das infidelidades eleitorais, dois casos pitorescos chamaram a atenção da imprensa.

Um deles envolveu o deputado federal Levy Tavares, membro da direção estadual do MDB. Encaminhou uma carta a uma funcionária do partido para tentar convencê-la a votar no candidato arenista Ademar de Barros, homônimo do governador cassado. Como o parlamentar e o candidato eram pastores evangélicos, um companheiro do diretório referiu-se em tom de chiste à iniciativa de Levy Tavares: “Ele é pastor, mas de vez em quando churrasqueia uma ovelha...”

Outro caso dizia respeito ao deputado estadual Alex Freua Netto, um ex-emedebista que acompanhara Faria Lima em sua ida para a Arena. Nos bairros de sua base eleitoral, Cambuci e Ipiranga, eram distribuídos panfletos em que ele recomendava o voto ao candidato Heraldo de Queiroz, do MDB. Dias depois, Freua Netto veio a público para afirmar que não apoiava candidato algum de sua antiga legenda e que os impressos haviam sido feitos à sua revelia.

Já Faria Lima deixara claro que apoiava os candidatos a vereador que prestigiaram sua administração e, em particular, aqueles que participaram diretamente de seu governo, citando Tibiriçá Botelho (secretário de Turismo), Paulo Soares Cintra (secretário de Bem-Estar Social), Araripe Serpa (secretário de Educação), além de Sampaio Dória e Vicente de Almeida (assessores diretos do prefeito), todos eles afastados de suas funções para concorrer pela Arena. Vicente de Almeida era o candidato que tinha o apoio mais ostensivo do prefeito, contando ainda com o engajamento entusiástico da primeira-dama Iolanda Faria Lima em sua campanha (no dia da eleição, ao sair da sessão eleitoral em que votava, ela declararia seu voto a ele e daria a entender que havia sido também a escolha de seu esposo). O vereador José Carlos Meirelles, líder do prefeito na Câmara, propagandeava sua reeleição com uma foto dele ao lado de Faria Lima.

Em 15 de novembro, haveria eleições em 1.386 municípios espalhados entre onze estados brasileiros<sup>36</sup>, mas era o pleito paulistano que despertava grande interesse da imprensa nacional por uma razão singular: Costa e Silva viria depositar seu voto na urna da 81ª seção eleitoral da 5ª Zona Eleitoral, instalada na sede da antiga Confederação das Famílias Cristãs, no Jardim Paulista. Ele tinha seu título de eleitor em São Paulo desde a época em que havia sido comandante do II Exército.

No dia da eleição, o presidente-marechal chegou às 8 e 45 da manhã em seu local de votação, na Alameda Campinas n. 833, sob forte esquema de segurança, envolvendo soldados do Exército e agentes da Polícia Federal e do Dops.

Ao sair da seção eleitoral onde votara, Faria Lima, indagado sobre as razões que o levaram a filiar-se ao partido situacionista, respondeu sem demonstrar empolgação por sua escolha: “Na verdade, o que contribuiu para que eu entrasse na Arena foi o desejo de construir um Brasil melhor”. E a verdade das urnas não tardaria a revelar que, se não fosse pelo apoio dele, a sigla arenista teria sofrido uma embaraçosa derrota no maior colégio votante do país.

Encerrada a votação, o início das apurações estava marcado para as 12 horas do dia seguinte no Pavilhão Internacional do Ibirapuera.

36 Números publicados n'O Estado de S. Paulo de 14/11/1968, p.5.

Dos 2.047.630 eleitores aptos a votar na eleição paulistana, 1.697.829 de eleitores efetivamente exerceram o direito de sufrágio desta forma:

673.477 votos para a Arena (39,7%)  
582.060 votos para o MDB (34,3%)  
93.960 votos em branco (5,5%)  
348.332 votos nulos (20,5%)

Somando o não comparecimento verificado aos votos em branco e nulos, a ilação era evidente: quase 39% dos eleitores paulistanos expressaram seu desalento quanto à situação política vivida naqueles conturbados tempos (no pleito de 1963, esse percentual não atingira 35%, patamar que já se podia considerar elevado).

E, aplicados os parâmetros legais dos quocientes eleitoral e partidário e das sobras<sup>37</sup>, as urnas revelaram uma vitória apertadíssima da Arena sobre o MDB por diferença de uma cadeira (nomes parlamentares em negrito):

#### ARENA

- 1º) **Araripe Serpa** – 48.099 votos
- 2º) **Naylor Teles de Oliveira** – 40.173 votos
- 3º) **Mário Osassa** – 30.827 votos
- 4º) **José Maria Marin** – 28.207 votos
- 5º) **Alfredo Martins** – 27.205 votos
- 6º) **Manoel Martins de Figueiredo Ferraz** – 25.504 votos
- 7º) **Vicente de Paula Almeida Júnior** – 25.162 votos
- 8º) **João Carlos de Souza Meirelles** – 23.750 votos
- 9º) Armando Simões Netto – 23.749 votos
- 10º) **Paulo Soares Cintra** – 23.545 votos
- 11º) Carlos Eduardo **Sampaio Dória** – 22.677 votos

#### MDB

- 1º) José **Freitas Nobre** – 26.879 votos
- 2º) **Theodosina Rosário Ribeiro** – 26.846 votos
- 3º) **Jihei Noda** – 21.747 votos
- 4º) **Ephraim de Campos** – 20.597 votos

37 Tais conceitos constantes do Código Eleitoral vigente à época (Lei n.4.737, de 15/7/1965, arts.106 a 109) são os mesmos trazidos pela legislação anterior (Lei n.1.164, de 24/7/1950), razão pela qual se remete o leitor deste trabalho à leitura da nota 19.

- 5º) José **Tinoco Barreto** – 19.393 votos
- 6º) Francisco **Mariani Guariba** – 18.437 votos
- 7º) **Samir Achôa** – 18.319 votos
- 8º) José Antônio de **Oliveira Laet** – 18.271 votos
- 9º) **David Roysen** – 17.688 votos
- 10º) **Luiz Gonzaga Pereira** – 17.111 votos

Com 10 vereadores eleitos, o MDB superou amplamente previsões feitas no início de outubro que lhe davam a perspectiva de obter até 5 cadeiras. E os votos de legenda dados ao partido oposicionista representaram um número quatro vezes superior aos votos de legenda atribuídos ao seu rival (84.978 votos para o MDB contra 20.029 votos para a Arena).

Entretanto, foi a votação nominal que garantiu à Arena sua estreita vantagem na repartição dos 21 assentos do Legislativo paulistano e, nesse quesito, o suporte eleitoral dado pelo prefeito Faria Lima a determinados candidatos arenistas foi decisivo. Por exemplo, Araripe Serpa alcançou quase o dobro de votos do primeiro colocado emedebista e as votações de Vicente de Almeida e Sampaio Dória, debutantes em eleições, só não foram maiores que as votações obtidas pelos dois primeiros colocados da chapa oposicionista. Igualmente, Tibiriçá Botelho, que obteve 21.854 votos, ficando na primeira suplência da Arena, teve votação superior às votações de 8 vereadores eleitos pelo MDB<sup>38</sup>. Sem o engajado auxílio limista à Arena, a oposição teria saído vitoriosa do embate eleitoral.

Interpretando os resultados do pleito na capital paulista, o senador Lino de Mattos, presidente da Comissão Executiva Regional do MDB, afirmou categoricamente que se tratava de “uma silenciosa manifestação de repúdio, entre outros atos governamentais, ao confinamento de Jânio Quadros”. Contudo, no resto do estado, a vitória da Arena, graças à sua estrutura presente na quase totalidade dos municípios, se mostrou incontroversa<sup>39</sup>.

Dos 45 membros da Câmara Municipal de São Paulo, incluindo os suplentes que assumiram permanentemente os lugares dos vereadores eleitos deputados em 1966, 37 concorriam à reeleição e tão-somente 10 lograram êxito, 8 pela Arena e 2 pelo MDB<sup>40</sup>.

38 Tibiriçá Botelho viria, porém, a assumir a cadeira de Manoel Figueiredo Ferraz, indicado por Faria Lima para a primeira composição do Tribunal de Contas do Município, em janeiro de 1969.

39 Em 490 municípios onde se deram eleições para o cargo de prefeito, a Arena venceu em 427, e o MDB em 63, sendo que em 306 cidades só a Arena apresentou candidatos e o MDB concorreu solitariamente em duas, enfrentando-se as duas siglas em outras 182 cidades. Para as eleições legislativas em 506 municípios, ambos os partidos se confrontaram em 262, incluindo a capital, deixando o MDB de competir em 243 cidades, e a Arena somente em uma, com o seguinte resultado total: 4.142 vereadores eleitos pela Arena (81,65%), e 931 vereadores eleitos pelo MDB (18,35%).

40 Pela Arena: Naylor de Oliveira (que substituirá Ary Silva), Mário Osassa, José Maria Marin,

A redução de cadeiras, perpetrada pela Constituição de 1967, imposta pela ditadura militar e aprovada servilmente pelo Congresso Nacional, prejudicava sensivelmente a tentativa de reeleição de parlamentares que vinham construindo, um mandato após o outro, suas trajetórias políticas no Palacete Prates, entre os quais: na Arena, Brasil Vita (4º suplente), Benedicto Rocha (7º suplente), Aurelino de Andrade (8º suplente), Anna Lamberg Zéglio (12ª suplente) e Agenor Mônaco (16º suplente) e, no MDB, José Diniz (10º suplente). Mas talvez o impacto maior tenha sofrido Marcos Mélega, o 6º suplente arenista, que vinha sendo eleito ininterruptamente para a Câmara paulistana desde 1947.

Pouco antes da proclamação, pela Justiça Eleitoral, dos vereadores paulistanos eleitos, a questão da permanência de Faria Lima na Prefeitura voltava com força, articulando o deputado estadual Alex Freua Netto um movimento pró-permanência do brigadeiro no comando da cidade, e os boatos nesse sentido reforçaram-se quando da visita do prefeito, em 27 de novembro, ao presidente Costa e Silva. Indagado por jornalistas se o motivo daquele encontro havia sido a sucessão municipal, Faria Lima, com ênfase, respondeu negativamente e que a conversa tinha girado em torno dos resultados eleitorais na capital.

Em início de dezembro, provocado por declaração do secretário municipal de Finanças, Quintanilha Ribeiro, segundo a qual Faria Lima preferia a Prefeitura ao papado ou ao reinado da Inglaterra e ainda não havia sido consultado sobre sua permanência no cargo, o governador Abreu Sodré disse que teria a honra de mantê-lo desde que assumisse o compromisso de não concorrer ao cargo de governador, pois não queria ver a Prefeitura transformada em trampolim político.

Falou-se até que Carvalho Pinto e Laudo Natel, se confirmadas suas candidaturas à sucessão estadual, poderiam subscrever um protocolo no qual assumiriam o compromisso de que, quem fosse eleito governador, manteria Faria Lima na Prefeitura. Entretanto, o passar do tempo denotaria quão inúteis foram essas cogitações<sup>41</sup>.

Na noite de 9 de dezembro de 1968, uma segunda-feira, deu-se, no Teatro Municipal, a cerimônia de diplomação dos eleitos e seus suplentes à Câmara

---

Alfredo Martins (que ocupara o lugar de Alex Freua Netto), Manoel Figueiredo Ferraz, João Carlos Meirelles (que assumiria a cadeira de Emílio Meneghini), Armando Simões Netto e Paulo Soares Cintra; e, pelo MDB: Mariani Guariba (que tomara posse na cadeira de Laércio Corte) e Luiz Gonzaga Pereira.

41 Abreu Sodré diz, em sua autobiografia *No Espelho do Tempo – Meio Século de Política* (1995, pp.181 a 182), que chegou a sugerir ao presidente Costa e Silva que mantivesse o brigadeiro no cargo, mas o marechal desconversou, aparecendo depois com o nome de Paulo Maluf, então superintendente da Caixa Econômica Federal em São Paulo. Faria Lima, vitimado por um infarto, viria a falecer em 4 de setembro de 1969, findando-se assim uma das carreiras políticas mais promissoras daquele período.

de São Paulo. Presentes os juízes titulares das seis zonas eleitorais da capital, falaram os deputados federais Arnaldo Cerdeira, presidente estadual da Arena, e Ewaldo de Almeida Pinto, vice-presidente estadual do MDB, e o prefeito Faria Lima, encerrando a sessão o juiz eleitoral que a presidia, Joaquim Bandeira de Mello. A ata desse ato solene registra que reinava “ambiente de caloroso entusiasmo, sendo os diplomados e os oradores saudados com salvas de palmas”. Jamais os presentes àquela festa democrática poderiam antever a tragédia institucional que se abateria sobre o Brasil quatro dias depois.

## 9 A NOITE QUE PARECEU ETERNA

O mês de dezembro de 1968 iniciou-se sob a expectativa do desenlace do enredo que já durava três meses, envolvendo o deputado Marcio Moreira Alves e seus algozes de farda. No final de novembro, a Arena efetuara uma manobra no sentido de substituir nove de seus deputados federais na Comissão de Constituição e Justiça com o objetivo de garantir a aprovação do parecer favorável à licença para processar o parlamentar emedebista. Não obstante isso, o ministro Gama e Silva já ouvia dos líderes governistas nas duas casas do Congresso Nacional, o deputado Ernani Sátiro e o senador Daniel Krieger, o prognóstico: tal licença não seria concedida uma vez que o espírito corporativista prevaleceria para proteger Moreira Alves e estaria sob o manto da votação secreta de seus pares.

O plenário da Câmara passou a tratar do assunto na sessão noturna do dia 11 de dezembro e na matutina do dia seguinte e 37 deputados, nessas duas oportunidades, discursaram sobre o caso, 24 deles oriundos de apenas cinco estados (Rio de Janeiro, Guanabara, Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul) (Pitts, 2011, p. 291).

Um dos discursos mais enfáticos foi o do líder do MDB, o deputado paulista Mário Covas, no sentido de que a licença para processar Moreira Alves, se concedida, simbolizaria “o funeral da democracia, o aniquilamento de um Poder e o cântico lúgubre das liberdades perdidas”.

E nem o temor pelo fechamento do Congresso Nacional, como acontecera no episódio da cassação de parlamentares em 1966, desencorajou a Câmara dos Deputados de rejeitar a concessão da licença, por 216 a 141. O resultado da votação provocou gritos de “muito bem”, o irrompimento de ardorosas palmas e o entoar, espontâneo e comovido, do Hino Nacional.

Entretanto, seria uma vitória efêmera: a ditadura já tinha engendrado seu revide e um dos indícios disso foi a apreensão, na manhã do dia 13, de parte das edições do *Jornal da Tarde* e d'O *Estado de S. Paulo* que continham o editorial "Instituições em frangalhos", no qual se comentava a histórica votação. A ordem partira de Gama e Silva e uma perua da Polícia Federal ficou estacionada por horas dentro da seção de distribuição da empresa jornalística para impedir a saída dos exemplares.

Às cinco horas da tarde, o presidente Costa e Silva reuniu-se, no Palácio das Laranjeiras, Rio de Janeiro, com o Conselho de Segurança Nacional (CSN), nada mais do que um colegiado fantoche submetido ao despotismo não esclarecido do marechal, para tratar dos termos do ato ditatorial a ser baixado. E poucos minutos antes das 23 horas, o ministro de Justiça, falando para todo o país pelo microfone da Agência Nacional, comunicou a edição do Ato Institucional n. 5. Era uma sexta-feira 13. Para os supersticiosos e fatalistas, a confirmação cabal de um agouro maior: também numa sexta-feira 13, quase cinco anos antes, ocorrera o comício de João Goulart que se revelou desastroso para o final abrupto de seu governo.

A aberração jurídica que se acabava de parir, permitia, entre outras coisas, que o presidente da República: decretasse o recesso das casas legislativas no âmbito federal, estadual e municipal, em estado de sítio ou fora dele; adotasse medidas como o estado de sítio autorizativo da suspensão de liberdade de reunião e de associação e censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e divisões públicas; e suspendesse, ouvido o CSN, os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, e ainda cassasse mandatos eletivos federais, estaduais e municipais. Era o mais drástico dos atos institucionais até então editados.

E o presidente-marechal não hesitou em exercer uma das prerrogativas espúrias que acabara de autoconceder-se: decretou, por tempo indeterminado, o recesso do Congresso Nacional a partir daquela data<sup>42</sup>.

No final, a solução dada pela classe política ao caso Moreira Alves, em homenagem ao princípio da inviolabilidade do mandato parlamentar, provocara a radicalização do regime. Por outras palavras, "a mobilização estudantil, a agitação sindical e até os primeiros rumores de um movimento armado não bastavam para justificar um novo Ato Institucional – apenas a intransigência política poderia cumprir este papel" (Pitts, 2011, p. 288).

---

42 Ato Complementar n.38, de 13/12/1968, art. 1º. O recesso do Congresso Nacional somente ficaria suspenso a partir de 22 de outubro de 1969 (Ato Complementar n.72, de 15/10/1969).

A edição do AI-5 e o fechamento do Congresso Nacional provocaram um efeito esmorecedor na cerimônia realizada na manhã do dia 16, um sábado, para marcar o início das obras do metrô paulistano. Após os discursos de Quintanilha Ribeiro, João Carlos Meirelles, Gioia Júnior e Faria Lima, a benção dada pelo cardeal-arcebispo Agnelo Rossi e a assinatura do termo de início das obras, o prefeito desceu do palanque e subiu numa máquina escavadeira para retirar a primeira pedra onde se começaria a construir o metropolitano, na Avenida Jabaquara, mas nem mesmo as músicas tocadas por uma bandinha e os fogos de artifício espoucados conseguiram entusiasmar os populares presentes ao evento.

Preocupado com a possibilidade de que a Câmara Municipal de São Paulo fosse também declarada em recesso, o vereador Manoel Figueiredo Ferraz, seu presidente, avistou-se, no dia 17, com o ministro Gama e Silva, na casa do deputado Arnaldo Cerdeira, e dele ouviu que o governo federal não cogitava fechar os Legislativos estaduais e municipais, uma assertiva que o tempo logo se encarregaria de desmentir, ainda que poupado o parlamento paulistano dessa medida ditatorial<sup>43</sup>.

No penúltimo dia de 1968, outro impacto: a suspensão dos direitos políticos, por dez anos, de Carlos Lacerda, que de aliado do regime passara à situação de *persona non grata*, e de um desembargador, aposentado compulsoriamente. O mesmo ato do presidente da República, com a chancela servil do CSN, também suspendeu os direitos políticos pelo mesmo prazo e cassou os mandatos de onze deputados federais, dez do MDB (incluindo os paulistas David Lerer, Hélio Navarro, Lurtz Sabiá e Gastone Righi), e um arenista. E, claro, Marcio Moreira Alves foi uma das vítimas das punições individuais impostas.

O primeiro mês de 1969 começou com a Câmara paulistana convocada extraordinariamente para votar projetos urgentes do prefeito Faria Lima, cujo mandato se aproximava do final.

Em 16 de janeiro, o brigadeiro deu posse, em seu gabinete, aos cinco conselheiros, à época denominados ministros, do recém-criado Tribunal de Contas do Município e cujas indicações haviam sido aprovadas pelo Legislativo uma semana antes<sup>44</sup>.

43 Seriam fechadas as Assembleias Legislativas dos seguintes estados: a partir de 7/2/1969, Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe; e, a partir de 27/2/1969, Goiás e Pará. Igualmente, as Câmaras Municipais de: Santos (SP), Nova Iguaçu (RJ) e Santarém (PA), a partir de 9/5/1969; Santana do Livramento (RS), a partir de 6/6/1969; Itu (SP), a partir de 25/7/1969; Pariqueira-Açu (SP), a partir de 23/9/1969; Sobral (CE), a partir de 29/9/1969; São João do Meriti (RJ) e Fortaleza (CE), a partir de 6/10/1969.

44 Eram eles: Teófilo Ribeiro de Andrade e Ivan Gualberto do Couto, respectivamente ex-

No mesmo dia, porém, as atenções do país se voltaram a uma reunião do CSN em Petrópolis e à brutalidade dela decorrente: a suspensão dos direitos políticos por dez anos e a cassação dos mandatos de 2 senadores e 28 deputados federais, entre eles os parlamentares por São Paulo Hary Normaton e Marcos Kertzmann, da Arena, e Mário Covas, Ivete Vargas, Anacleto Campanella, Dorival de Abreu, Emerenciano Prestes de Barros e Ewaldo de Almeida Pinto, do MDB; a cassação dos mandatos de outros 7 deputados federais, entre os quais os paulistas Yukishique Tamura, Antônio Sylvio da Cunha Bueno, Roberto Cardoso Alves e Israel Dias Novaes, todos da Arena; a suspensão dos direitos políticos por um decênio da diretora-presidente do *Correio da Manhã*, Niomar Muniz Sodré Bitencourt; e a aposentadoria compulsória de 3 ministros do STF (Evandro Lins e Silva, Victor Nunes Leal e Hermes Lima) e de um ministro do STM ( general Pery Bevilacqua).

Somadas as cassações dessa vez às anteriormente havidas, a bancada paulista na Câmara dos Deputados perdeu, em pouco mais de duas semanas, nada menos do que 25% de seu total.

Mas não era só isso: o vereador emedebista eleito e ainda não empossado José Tinoco Barreto sofrera tripla punição pelo mesmo ato autoritário: suspensão dos seus direitos políticos por dez anos, perda do mandato conquistado dois meses antes nas urnas e aposentadoria compulsória no cargo de juiz-auditor da Justiça Militar Federal. Mesmo identificado ideologicamente com a direita, ele já estava em rota de colisão com a ditadura em virtude de uma série de denúncias que vinha fazendo sobre desmandos administrativos.

A cassação de Tinoco Barreto levantou uma questão jurídica. Embora o AI-5 determinasse, no parágrafo único de seu art. 4, que não seriam dados substituídos aos parlamentares cassados, adequando-se o *quorum* da casa legislativa em função dos lugares efetivamente preenchidos<sup>45</sup>, o MDB tinha esperança de que o primeiro suplente da sigla, o médico Nelson Proença, pudesse assumir a cadeira em 1º de fevereiro de 1969, data da posse dos eleitos em 15 de novembro do ano anterior. A tese invocada para sustentar essa posição era a de que a regra mutiladora da integridade parlamentar só se aplicava a quem estivesse no exercício do mandato e não àquele que, embora diplomado pela Justiça Eleitoral, ainda não tivesse começado a exercê-lo. Entretanto, esse entendimento acabou não prevalecendo e, diferentemente do que ocorrera no episódio da cassação do vereador Moacir Longo em 1964, quando o primeiro suplente do PSB assumiu sua

secretário dos Negócios Internos e Jurídicos e ex-chefe de Gabinete da Prefeitura na administração Faria Lima; os vereadores Luiz Domingues de Castro, que não concorrera à reeleição, e Manoel Figueiredo Ferraz; e o deputado estadual Paulo Planet Buarque, que havia sido líder do governo Abreu Sodré na Assembleia Legislativa.

45 Essa regra já constava do parágrafo único do art.15 do AI-2, de 27/10/1065.

cadeira na ausência de norma restritiva sobre isso, o MDB já começaria a legislatura com um lugar irremediavelmente perdido. E não permaneceria só nisso: no início de julho de 1969, seria cassado outro vereador emedebista, o general da reserva Mariani Guariba. A Arena se veria assim numa posição de maioria menos estreita na Câmara paulistana: 11 a 8.

Mas o acirramento da ditadura não ficaria sem resposta e uma delas foi dada, em 25 de janeiro de 1969, pelo capitão Carlos Lamarca, que vinha desde o final do ano anterior ministrando curso de tiro em São Paulo para mulheres que trabalhavam em agências bancárias como forma de reação aos frequentes assaltos aos seus locais de trabalho: ele fugiu do 4º Regimento de Infantaria do Exército levando fuzis, metralhadoras e munição para engajar-se na luta armada da esquerda.

O AI-5 mergulhou o Brasil numa escuridão de mais de dez anos que só começou a dissipar-se com a promulgação da Lei de Anistia em 1979, e a transição indolor que se viu ao final pode ser bem entendida na feliz síntese de Daniel Aarão Reis Filho, docente de História da Universidade Federal Fluminense:

Para além dos marcos cronológicos, porém o fato é que da ditadura fez-se a democracia, como um parto sem dor, sem grandiloquência ou heroísmo, sem revoluções ou morte d'homem. Cordialmente, macunaimicamente, brasileiroamente (Reis Filho, 2000, p. 11).

Para chegar-se, todavia, a esse parto sem dor, não foram poucos aqueles que ofereceram suas carreiras políticas, outros tantos as próprias vidas, ao sacrifício com grande destemor.

## 10 CONCLUSÃO

Na virada do segundo para o terceiro decênio do século XXI, quando a radicalização ideológica voltou a se instaurar em vários regimes democráticos ocidentais e da qual o Brasil se tornou expressa vítima por conta do quase golpe de 8 de janeiro de 2023, que escancarou o assédio informacional avassalador e deturpado sobre segmentos da população, ao final vitimados por uma dissonância cognitiva coletiva praticamente insanável, a tarefa de narrar os desmandos ditatoriais numa metrópole como São Paulo é menos um exercício acadêmico e mais, muito mais, uma necessidade imperiosa e inafastável de alerta.

A democracia não pode ter lado, mas quem não estiver ao lado dela se posicionará contra a sociedade brasileira, porquanto é ainda a democracia, com to-

das suas imperfeições e mesmo que submetida à ação de uma elite predatória, o melhor regime político para o convívio social, no qual sempre haverá, ao menos, um resto de liberdade de expressão a permitir que uma voz grite para denunciar violações contra o ser humano.

## **FONTES BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS CONSULTADAS**

ABREU, Alzira Alves de [et al]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós – 1930*. Ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Editora FGV, CPDOC, 2001.

AFFONSO, Almino. *1964 na visão do ministro do Trabalho de João Goulart*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Fundação do Desenvolvimento Administrativo, 2014.

BAUAB, José D'Amico. “Plínio Barreto, o devoto da democracia e a Justiça Eleitoral”. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, nova série, ano 15, n.29, jan./jun. 2012, pp. 451-475

BENEVIDES, Maria Victoria. *O PTB e o Trabalhismo – Partido e Sindicato em São Paulo (1945-1964)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CALIMAN, Auro Augusto. *Legislativo Paulista: Parlamentares (1835-1998)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lôbo. *Atos Institucionais, Atos Complementares, Leis Complementares*. São Paulo: Atlas, 1971.

CAMPANHOLE, Adriano e CAMPANHOLE, Hilton Lôbo. *Todas as Constituições do Brasil*. São Paulo: Atlas, 1971.

CHIAVENATO, Júlio José. *O Golpe de 64 e a ditadura militar*. São Paulo: Moderna, 1994.

DIÁRIO DE S. PAULO, edições de set./nov. 1963.

FAUSTO, Boris (direção). *História geral da civilização brasileira/O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, t.3, v.10.

GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRINBERG, Lucia. *Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

LIMA, José Roberto Faria e MASSARANI, Emanuel von Lauenstein (coordenadores). *Faria Lima – Uma história de amor por São Paulo*. São Paulo: Instituto de Recuperação do Patrimônio Histórico do Estado de São Paulo, 2012.

MANECHINI, Luiz Casadei (organizador). *São Paulo na Tribuna: primeira legislatura (1948-1951)*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

MARTINS, Ives Gandra da Silva. “Minha presidência do diretório metropolitano do Partido Libertador”. In BAUAB, José D’Amico (organizador). *Paulistânia eleitoral: ensaios, memórias, imagens*. São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

MARTINS, Paulo Egydio. *Paulo Egydio conta*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2007.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas – 3ª ed.* – Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. *O regime militar brasileiro: 1964-1985*. São Paulo: Atual, 1998.

O ESTADO DE S. PAULO, edições de set./nov. 1963 e de out. 1968 a jan. 1969.

PITTS, Bryan. “O funeral da democracia: o caso Moreira Alves, a cultura política das elites e o estabelecimento de uma ditadura no Brasil”. In BAUAB, José D’Amico (organizador). *Paulistânia eleitoral: ensaios, memórias, imagens*. São Paulo: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

PORTO, Walter Costa. *Dicionário do voto*. São Paulo: Editora Universidade de Brasília/ Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2000.

PRESTES FILHO, Ubirajara de Farias. *Câmara Municipal de São Paulo: 450 anos de História*. São Paulo: Câmara Municipal de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2012.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

RODRIGUES, José Eduardo Ramos; SANTOS, Délio Freire dos. *Câmara Municipal de São Paulo: 1560-1998*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1998.

SAMPAIO, Regina. *Adhemar de Barros e o PSP*. São Paulo: Global, 1982.

SCHUBSKY, Cássio (coordenador). *A heróica pancada – Centro Acadêmico XI de Agosto: 100 anos de lutas*. São Paulo: MEMOJUS, 2003.

SERRA, José. *Cinquenta anos esta noite*. Rio de Janeiro: Record, 2014.

SODRÉ, Roberto Costa de Abreu. *No Espelho do Tempo – Meio Século de Política*. São Paulo: Best Seller, 1995.

TELLES JUNIOR, Goffredo. *A Folha dobrada: lembranças de um estudante*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Governo Goulart e o golpe de 64*. São Paulo: Brasiliense, 2004.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. Atas gerais de apuração de 1959, 1962, 1963, 1965 e 1966.

VIVEIROS, Ricardo. *Laudo Natel: um bandeirante*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2010.